

Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em  
Crianças e Adolescentes  
Relatório de análise  
3ª Rodada

Job: 211010  
19 de julho de 2021

## 1 – INFORMAÇÕES METODOLÓGICAS

### OBJETO

Pesquisa contratada pelo UNICEF, realizada pelo Ipec – Inteligência em Pesquisa e Consultoria, com abrangência nacional, aplicada por telefone. O estudo corresponde à continuação do projeto Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes, iniciado em 2020, com a realização de duas rodadas do projeto, em julho e novembro daquele ano, contratadas pelo UNICEF junto ao IBOPE Inteligência.

### OBJETIVO

Os principais objetivos da pesquisa são:

- 1) Obter informações sobre os impactos primários e secundários das medidas de prevenção do COVID-19 na vida das crianças e de suas famílias, considerando uma amostra representativa da população brasileira nos níveis Nacional e Regional e focando nos impactos de curto e médio prazo (de aproximadamente daqui a um mês e até seis meses);
- 2) Obter informações e identificar vulnerabilidades das crianças brasileiras e de suas famílias em relação ao acesso à informação, à saúde, à educação, aos recursos financeiros, segurança alimentar, rotina familiar e da comunidade, proteção contra a Violência Contra Crianças e Desenvolvimento da Primeira Infância.

### METODOLOGIA

**Pesquisa:** Quantitativa

**Técnica de coleta de dados:** Entrevistas telefônicas - C.A.T.I. (*Computer Assisted Telephone Interviewing*).

O questionário foi revisado para essa terceira rodada. Neste relatório, constam os resultados da terceira rodada do estudo, com comparações com a primeira e segunda rodadas sempre que possível.

**Abrangência geográfica:** Nacional

**Público-alvo:** A amostra tem como público-alvo a população brasileira com 18 anos ou mais.

**Entrevista:** O questionário foi desenvolvido pelo UNICEF, revisado em conjunto com o Ipec e submetido à aprovação do cliente.

### Períodos de campo:

- Primeira rodada: de 03 de julho de 2020 a 18 de julho de 2020. Neste relatório, os resultados dessa etapa estão descritos como de julho de 2020.
- Segunda rodada: de 29 de outubro a 13 de novembro de 2020. Neste relatório, os resultados dessa etapa estão descritos como de novembro de 2020.
- Terceira rodada: de 10 de maio a 25 de maio de 2021. Neste relatório, os resultados dessa etapa estão descritos como de maio de 2021.

**AMOSTRA:**

A amostra da terceira rodada seguiu os mesmos parâmetros das rodadas anteriores do estudo. As amostras de todas as rodadas foram independentes.

**Universo:** População brasileira com 18 anos ou mais.

**Abrangência:** Nacional

**Desenho e seleção da amostra:** A amostra da pesquisa é representativa da população alvo do estudo, desproporcional para garantir leitura dos resultados totais por grande região do país. A distribuição e seleção de amostra foram realizadas em dois estágios:

- **Primeiro estágio:** dentro de cada região, discagem randômica em listagens de telefones fixos e móveis.
- **Segundo estágio:** seleção dos entrevistados utilizando cotas em função das seguintes variáveis: sexo, idade, escolaridade, ocupação e região. As cotas foram estabelecidas com base nos dados mais atualizados do IBGE.

**Dimensionamento da amostra:**

Amostra	Total de entrevistas	Leituras	Margem de Erro – total da amostra	Nível de confiança
Desproporcional	1.516 entrevistas	Total Brasil, regiões do país e variáveis demográficas.	3 p.p.	95%

**Número de entrevistadores:**

- Primeira rodada: 63 entrevistadores.
- Segunda rodada: 76 entrevistadores.
- Terceira rodada: 172 entrevistadores

**Procedimentos e fatores de ponderação:** Os fatores de ponderação foram calculados pelo Ipec com o objetivo de corrigir a desproporção do desenho da amostra, que foi desproporcional por região para garantir leitura dos resultados por essa variável. Além disso, corrigiu distorções de perfil observados ao final do campo, considerando variáveis de faixa etária, sexo, grau de instrução e ocupação.

**PROCEDIMENTOS PADRÃO**

O Ipec é regido por padrões éticos da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP) e European Society of Opinion and Market Research (ESOMAR).

Além disso, os nossos procedimentos estão em conformidade com a norma internacional de qualidade em Pesquisa de Mercado e Opinião da ISO 20.252 e a norma internacional de Gestão de Qualidade ISO 9001.

**Entrevistas telefônicas**

- As entrevistas foram realizadas por uma equipe de entrevistadores devidamente treinados e supervisionados;

- Pelo menos 20% do material dos entrevistadores foram criticados e verificados;
- 100% dos questionários foram submetidos a um teste eletrônico de consistência para verificação de coerência das respostas;
- Foram realizadas através do nosso **C.A.T.I. (Computer Assisted Telephone Interviewing)** - entrevistas telefônicas realizadas com apoio de um questionário eletrônico.

## 2 – RESULTADOS DAS RODADAS ANTERIORES

- Rodada de julho de 2020: Relatório disponível em <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes>.
- Rodada de novembro de 2020: Relatório disponível em <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes-segunda-rodada>

## 3 – ANÁLISE DOS RESULTADOS DA TERCEIRA RODADA

A seção de análise dos resultados está dividida nas seguintes seções:

- Perfil da amostra
- Fontes de informação e *fake news*
- Saúde
- Renda Familiar
- Segurança Alimentar
- Educação
- Primeira infância
- Proteção contra a violência
- Conclusões e principais desafios.

### PERFIL DA AMOSTRA

A amostra foi desenhada com base no perfil da população brasileira com 18 anos ou mais, utilizando os resultados da PNADC 2018 como parâmetros estatísticos<sup>1</sup>. A coleta das entrevistas das duas primeiras rodadas do estudo foram realizadas em julho e novembro de 2020, e em maio de 2021 foi realizada a coleta da terceira rodada. Importante ressaltar que as amostras foram independentes, todas representativas do público-alvo do estudo.

A amostra da pesquisa considerou um desenho desproporcional por grande região do país, de modo a garantir a leitura dos resultados por essa variável. Ao final do trabalho de campo, foi realizada a ponderação dos resultados a fim de corrigir a desproporção por região inicialmente planejada na amostra, além de corrigir

---

<sup>1</sup> A PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua é produzida em caráter definitivo desde 2012 em todo Brasil e tem periodicidades distintas (a depender do tema investigado). Mais informações em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acessado em 30 de junho de 2021.

desproporções em variáveis como sexo, faixa etária e ocupação provenientes dos resultados em campo. Os dados sobre perfil aqui apresentados se referem ao perfil já ponderado.

Na terceira rodada da pesquisa, a amostra foi composta por 52% de mulheres e 48% de homens, e teve predominância de 40% de indivíduos que estudaram até o Ensino Fundamental e 39% que estudaram até o Ensino Médio, enquanto 21% estudaram até o Ensino Superior. A maior parcela da amostra foi composta por pessoas que residem na região Sudeste (43%), seguida por Nordeste (26%) e Sul (15%), ao passo que os residentes das regiões como Norte e Centro-Oeste, representam 8% da amostra cada.

Em relação às faixas etárias, 34% da amostra era composta por pessoas entre 18 a 34 anos, 38% entre 35 a 54 anos e 28% com idade igual ou superior a 55 anos. Quanto ao recorte por cor ou raça, 52% se declaram pardos ou pretos, 44% brancos e a soma entre pessoas que se declaram indígenas e amarelas chegou a 4%. No que se refere às classes socioeconômicas<sup>2</sup>, a amostra apresenta a seguinte composição: 43% de indivíduos pertencentes à classe C, 28% à classe B, 23% às classes DE e 6% à classe A. Já a composição por renda familiar é a seguinte: 25% até um salário mínimo, 31% com mais de um até dois salários mínimos e 27% com mais de dois a cinco salários mínimos, enquanto indivíduos com renda familiar superior a cinco salários mínimos representam 14% do universo investigado.

No que se refere à composição familiar, 39% residem com crianças ou adolescentes entre 0 a 17 anos e 61% não residem com pessoas dessa faixa etária, com cerca de 3,10 pessoas em média residindo em seus domicílios. A maior parte (85%) têm acesso à internet em casa, e 94% usam ou residem com pessoas que acessam a internet pelo telefone celular. Além disso, cerca de metade usam ou residem com pessoas que usam a rede pelo computador (53%) ou pela televisão (50%). Já o acesso à internet apenas pelo telefone celular foi mencionado por 27% dos indivíduos. Apenas 5% não usam ou residem com pessoas que não usam internet.

---

<sup>2</sup> Os dados de classe socioeconômica utilizados na pesquisa foram calculados de acordo com os parâmetros do Novo Critério de Classificação Econômica Brasil, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). Mais informações em: <http://www.abep.org/criterio-brasil>. Acessado em 30 de junho de 2021.

Tabela 01 – Perfil da amostra, com dados ponderados (Maio/2021)

		(%)
<b>Região</b>	Sudeste	43
	Nordeste	26
	Sul	15
	Norte	8
	Centro-Oeste	8
	Total	100
<b>Sexo</b>	Masculino	48
	Feminino	52
	Total	100
<b>Idade</b>	18 a 24 anos	14
	25 a 34 anos	20
	35 a 44 anos	18
	45 a 54 anos	20
	55 anos ou mais	28
	Total	100
<b>Escolaridade</b>	Até a 4ª série (ensino fundamental I)	23
	Entre a 5ª a 8ª série (ensino fundamental II)	17
	Ensino Médio	39
	Ensino superior	21
	Total	100
<b>Classe social</b>	A	6
	B	28
	C	43
	DE	23
	Total	100
<b>Renda familiar em salários mínimos</b>	Até 1	25
	Mais de 1 a 2	31
	Mais de 2 a 5	27
	Mais de 5 a 10	10
	Mais de 10	4
	Não respondeu	4
	Total	100
<b>Criança ou adolescente na família</b>	Reside com crianças ou adolescentes com 0 a 17 anos	39
	Não reside com crianças ou adolescentes com 0 a 17 anos	61
	Total	100

<b>Cor ou raça</b>	Amarela	3
	Branca	44
	Indígena	1
	Preta/Parda	52
	Não respondeu	1

## FONTES DE INFORMAÇÃO E FAKE NEWS

A terceira rodada do estudo Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes, voltou a investigar a confiança da população brasileira com 18 anos ou mais sobre as informações divulgadas por diferentes fontes, como veículos de comunicação, instituições do Estado, redes sociais, líderes comunitários ou religiosos.

Dentre as fontes de informações investigadas na rodada de maio de 2021, cientistas e médicos foram novamente os que obtiveram a maior confiança da população. Por outro lado, as fontes que inspiram menos confiança, dentre as investigadas, seguem sendo as redes sociais e aplicativos de troca de mensagens, e os meios de comunicação como TV, jornais ou revistas (Gráfico 01). Embora os resultados tenham sido semelhantes em relação à segunda rodada do estudo, de novembro de 2020, algumas variações significativas foram observadas no período, como o aumento na proporção de pessoas que diziam não confiar em informações divulgadas pelo governo federal (19% em novembro de 2020 frente a 26% em maio de 2021), e o aumento na proporção dos que indicavam confiar em informações divulgadas pela prefeitura do município (26% em novembro de 2020 ante 31% em maio).

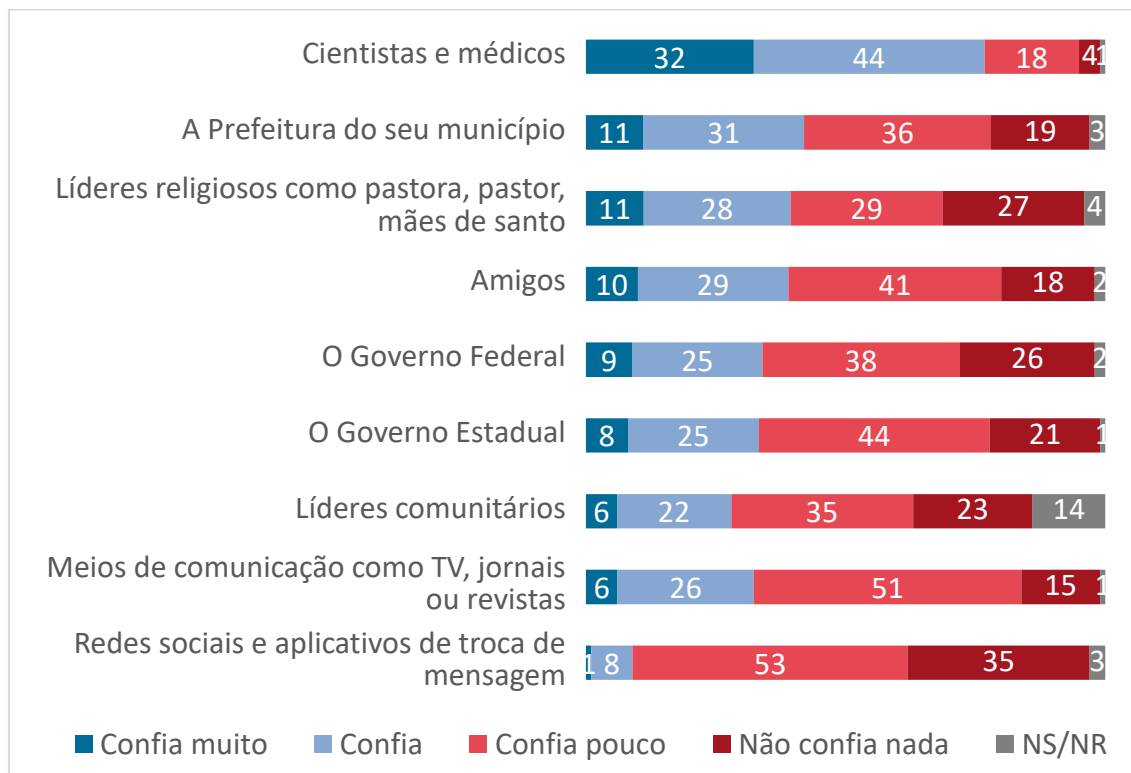
Esses indicadores trazem à tona diferenças relevantes entre os segmentos sociodemográficos. Aqueles que diziam confiar muito nas informações divulgadas pelos cientistas e médicos, por exemplo, correspondiam a uma parcela maior das pessoas entre 18 a 24 anos (48%) do que daqueles com 55 anos ou mais (26%). Além disso, quanto mais alta a classe e o grau de escolaridade, maior a proporção dos que dizem confiar muito nas informações divulgadas por cientistas e médicos, atingindo metade das pessoas pertencentes à classe A (52%) e com Ensino Superior (49%), enquanto a proporção não chega a um quarto nas classes DE (23%) e entre os que estudaram até o Ensino Fundamental I (20%).

Vale também destacar que as redes sociais e aplicativos de troca de mensagens também apresentaram variações significativas nos recortes por grau de instrução. Enquanto a proporção dos que não confiam nada nessas fontes de informação foi de 45% entre quem estudou até o Ensino Fundamental I, entre os demais grupos de escolaridade as proporções ficaram próximos à média do total da população (35%).

Gráfico 01

NÍVEL DE CONFIANÇA EM FONTES INFORMAÇÃO

Percentual sobre o total de brasileiros com 18 anos ou mais (%)



Em relação às *fake news*, fenômeno investigado na pesquisa pela segunda vez, em maio de 2021, 45% da população com 18 anos ou mais declarou ter recebido informações incorretas, falsas ou enganosas sobre a COVID-19 na semana anterior à realização da entrevista, proporção que permaneceu estável em relação a novembro de 2020. Esse percentual foi maior quanto mais alto o grau de escolaridade, passando de 31% entre os que estudaram até o Ensino Fundamental I a 59% entre os com Ensino Superior. Entre as classes socioeconômicas e faixas etárias, observa-se tendência semelhante: as maiores incidências de pessoas que relataram terem recebido *fake news* foram observadas entre indivíduos da classe A (63%) e aqueles com 18 a 24 anos (56%), enquanto o mesmo ocorreu entre pouco mais de um terço dos pertencentes às classes DE (36%) e pessoas mais velhas, com 55 anos ou mais (34%).

Dentre os que declararam terem recebido informações incorretas, falsas ou enganosas sobre a COVID-19, 74% declararam que essas informações tratavam da gravidade da doença, 70% sobre tratamentos e 67% sobre o número de casos ou mortes pela doença. Além disso, 57% mencionaram que essas informações tratavam sobre vacinas contra a COVID-19 e 55% sobre o distanciamento social como forma de prevenção contra a doença, enquanto informações falsas sobre o uso de máscaras de proteção facial foi mencionada por 46% da população. Em geral, essas proporções se mantiveram estáveis em relação a novembro de 2020, com exceção da redução no percentual daqueles que declararam terem recebido informações falsas sobre vacinas contra a COVID-19 (67% em novembro de 2020) e sobre o uso de máscaras de proteção facial (57% em novembro de 2020).



## **Pandemia e medidas de proteção**

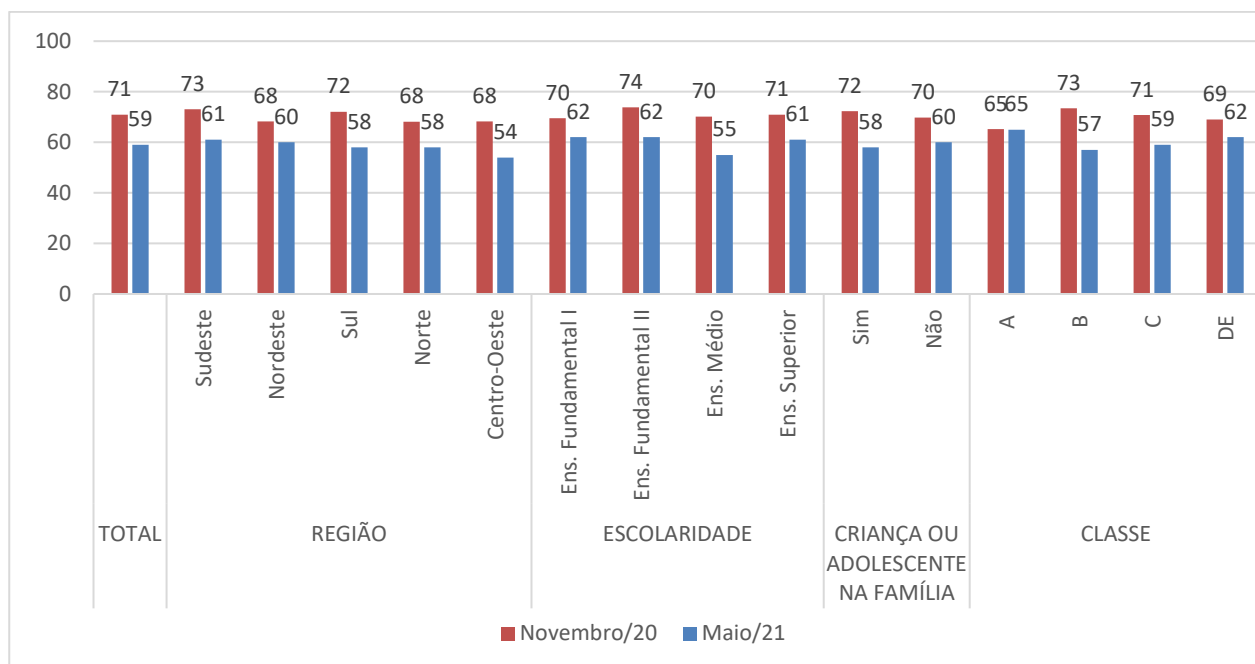
Outra investigação da pesquisa no contexto da pandemia de COVID-19 trata sobre a percepção de importância de ações de prevenção contra a doença. Em maio de 2021, a utilização de máscaras de proteção facial foi avaliada por 94% da população com 18 anos ou mais como muito importante, se mantendo como a medida de proteção que a população brasileira considera mais importante dentre as ações investigadas, assim como na rodada anterior. Também com estabilidade, a quarentena ou isolamento social foi considerada muito importante por 81% da população em maio de 2021, mesmo percentual observado em novembro do ano anterior. Os resultados indicam poucas variações de acordo com o nível socioeconômico da população, mas destacam-se as diferenças por gênero tanto em relação ao isolamento social (muito importante para 87% das mulheres frente a 74% dos homens) e o uso de máscaras (muito importante para 96% das mulheres e 92% dos homens).

Por outro lado, em maio de 2021, 36% da população com 18 anos ou mais considerava o fechamento do comércio muito importante para prevenção de COVID-19, o que representou uma redução de seis pontos percentuais em relação a novembro de 2020 (42%). No mesmo período, aqueles que consideravam a medida nada importante passaram de 17% para 23%, o que confirma o movimento de redução no grau de importância dessa medida já observado entre a primeira e a segunda rodada do estudo.

De maneira semelhante, o grau de importância atribuído ao fechamento das escolas como forma de prevenção contra a COVID-19 também foi menor em maio de 2021: 71% da população considerava essa ação muito importante em novembro de 2020, proporção que chegou a 59% na rodada atual. Essa redução, conforme ilustra o gráfico 02, ocorreu em maior grau sobretudo nas classes socioeconômicas intermediárias, entre pessoas com grau de escolaridade mais alto e entre a população das regiões Sul e Sudeste. Houve ainda um aumento significativo na percepção de que o fechamento das escolas é pouco importante (24% em maio de 2021 frente a 18% em novembro do ano anterior). Vale ressaltar que as proporções foram semelhantes em diferentes regiões e níveis socioeconômicos, mas novamente foram observadas diferenças por gênero: a proporção de mulheres que consideram a medida muito importante (63%) foi mais alta do que entre homens (55%).

A comparação dos resultados sobre a importância do fechamento das escolas entre as rodadas da pesquisa reforça a crescente necessidade de discussão sobre a reabertura segura das escolas, além de servir de contexto para os indicadores sobre atividades escolares presenciais e remotas explorados na seção sobre educação deste relatório.

Gráfico 02  
 PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE CONSIDERAM O FECHAMENTO DAS ESCOLAS MUITO IMPORTANTE PARA PREVENÇÃO CONTRA A COVID-19 (Nov/20 – Maio/21)  
 Percentual sobre o total de brasileiros com 18 anos ou mais (%)



## SAÚDE

Investigar aspectos relacionados à saúde da população brasileira durante o período de pandemia de COVID-19 é central para compreensão dos impactos da pandemia causados na vida da população mais vulnerável, sobretudo os residentes com crianças e adolescentes. No contexto da pandemia de COVID-19, a vacinação contra o vírus SARS-COV-2 é uma das ações mais importantes para redução de chances de desenvolvimento da forma grave da doença. Pelo fato de a vacinação no Brasil ter se iniciado em janeiro de 2021, ou seja, depois da realização da rodada do estudo de novembro de 2020, a pesquisa investigou pela primeira vez na rodada de maio de 2021 a proporção de pessoas com 18 anos ou mais já vacinadas, proporção que foi de 29%, sendo que cerca de 17% declararam que haviam tomado apenas a primeira dose da vacina e 12% a segunda. Dentre os diferentes segmentos da população, as proporções de vacinados foram maiores entre indivíduos na faixa etária de 55 anos ou mais (76%), com escolaridade até o Ensino Fundamental I (53%), não ocupados (40%), entre não residentes com crianças e adolescentes (37%) e entre indivíduos pertence às classes DE (37%).

Entre aqueles que não haviam tomado a segunda dose da vacina até o momento da realização das entrevistas, a pesquisa averiguou os motivos para isso. A grande maioria (96%) mencionou que ainda não haviam tomado a segunda dose porque estavam esperando o prazo para isso, enquanto 9% indicaram que a vacina estava em falta e 5% mencionaram que não retornaram para tomar a segunda dose porque estavam com medo de contrair o coronavírus no local de vacinação.

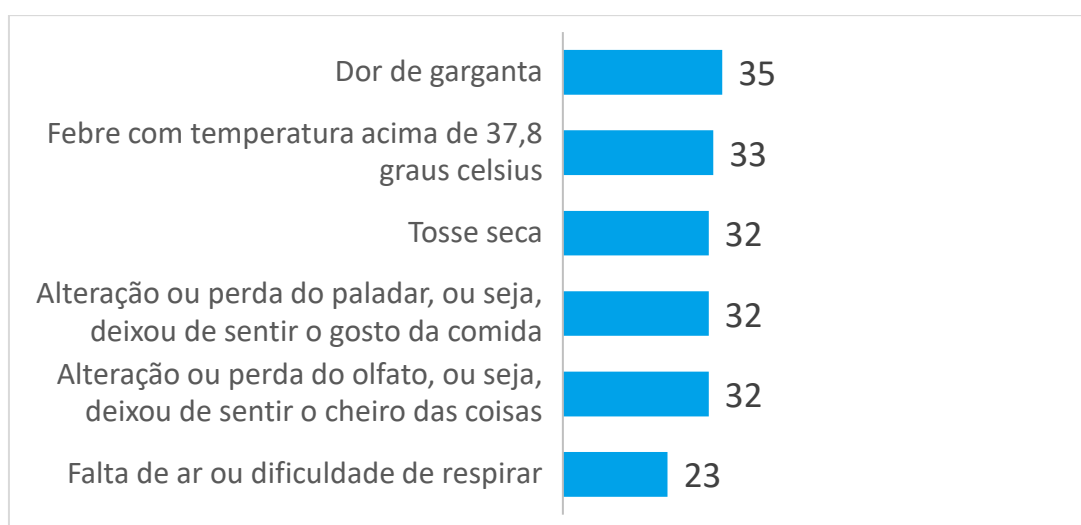
Por outro lado, entre aqueles que ainda não haviam tomado nenhuma dose da vacina contra COVID-19, o estudo levanta a predisposição dessa população à imunização, e aponta que 89% a tomariam, percentual que alcança quase a totalidade entre pessoas que estudaram até o Ensino Superior (94%) ou com idade entre 18 a 24 anos (94%). Já o percentual dos que indicaram que não tomariam a vacina contra a COVID-19, referente a 9% do total das pessoas que não haviam tomado a vacina até o momento da realização da pesquisa, foi maior sobretudo na faixa etária de 55 anos ou mais (16%) e entre indivíduos que estudaram até o Ensino Fundamental I (17%), resultados que apontam a necessidade de ações de conscientização mais direcionadas a esses públicos. O estudo também investigou, entre as pessoas que mencionaram que não tomariam a vacina, os motivos pelos quais assumem essa posição, sendo o medo de reações adversas (81%) e a ideia de que vacinas disponíveis contra a COVID-19 são pouco eficazes (66%) os mais mencionados.

Assim como nas edições anteriores, a pesquisa também levantou informações sobre a manifestação de algum sintoma da COVID-19 entre pessoas do domicílio desde o início da pandemia, o que foi relatado por pouco mais da metade da população (52%). A incidência desses sintomas foi mais alta entre pessoas que residem com crianças e adolescentes (58%) do que entre aqueles que não residem com esse público (48%), além de ter sido mais alta entre pessoas de classes A (64%) e B (60%) do que nas classes C (50%) e DE (44%). Entre os sintomas mais citados, destaca-se a dor de garganta (35%), febre com temperatura acima de 37,8 graus celsius (33%) e tosse seca (32%) (gráfico 03). Por considerar o início da pandemia como referência, período que aumenta à medida que são realizadas novas rodadas da pesquisa, conforme esperado dado o efeito cumulativo, alguns sintomas apresentaram aumento significativo em relação às rodadas anteriores da pesquisa, como é o caso de dor de garganta, mencionada por 19% da população com 18 anos ou mais em julho de 2020, e alteração ou perda do paladar e alteração ou perda do olfato, mencionados por 21% e 20% em novembro de 2020, respectivamente.

Gráfico 03

SINTOMAS DE INFECÇÃO POR COVID-19 DURANTE A PANDEMIA EM ALGUM MORADOR DO DOMICÍLIO (Maio/2021)

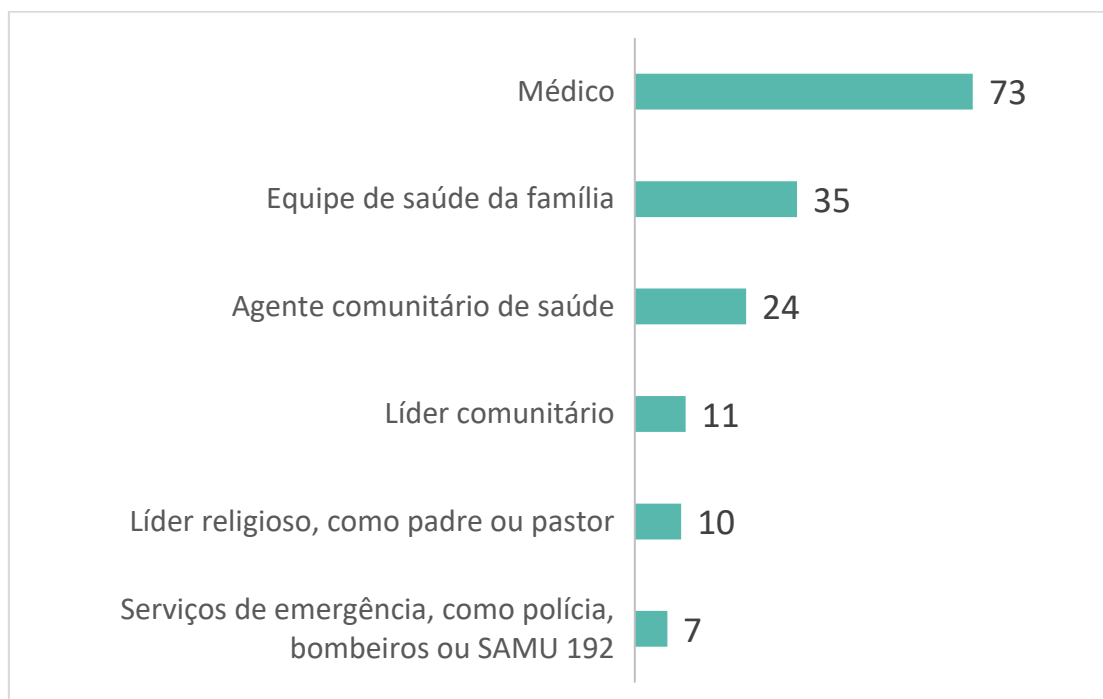
Percentual sobre o total de brasileiros com 18 anos ou mais (%)



Na rodada de maio de 2021 a pesquisa verificou que a maior parcela dos que sentiram algum sintoma de infecção pela COVID-19 procurou um médico na ocasião (73%), enquanto proporções menores de pessoas buscaram por uma equipe de saúde da família (35%) ou agente comunitário de saúde (24%). A busca por médicos foi mais alta nas regiões Sudeste (79%) e Sul (78%), ao passo que a região com menor proporção de pessoas que buscaram esses profissionais foi a região Centro-Oeste (61%). Os dados de maio de 2021 ainda possibilitam identificar desigualdades socioeconômicas: os percentuais observados foram maiores entre pertencentes da classe A (79%) e com Ensino Superior (79%) do que foi observado nas classes DE (52%) e que estudaram até o Ensino Fundamental I (58%).

Gráfico 04

BUSCA POR PESSOAS OU SERVIÇOS INVESTIGADOS QUANDO ALGUM MORADOR DO DOMICÍLIO SENTIU SINTOMA DE INFECÇÃO POR COVID-19 (Maio/2021)  
*Percentual sobre o total de brasileiros com 18 anos ou mais que tiveram ou residem com pessoas que tiveram sintomas de COVID-19 (%)*



Vale ressaltar que, assim como no caso da incidência de sintomas, a procura por um médico quando algum morador desenvolveu sintomas de COVID-19 foi significativamente maior na terceira rodada do estudo, do que na segunda rodada (63%). Além disso, houve aumento em 12 pontos percentuais nas menções à busca por um agente comunitário de saúde, de 12% em novembro de 2020 para 24% em maio de 2021.

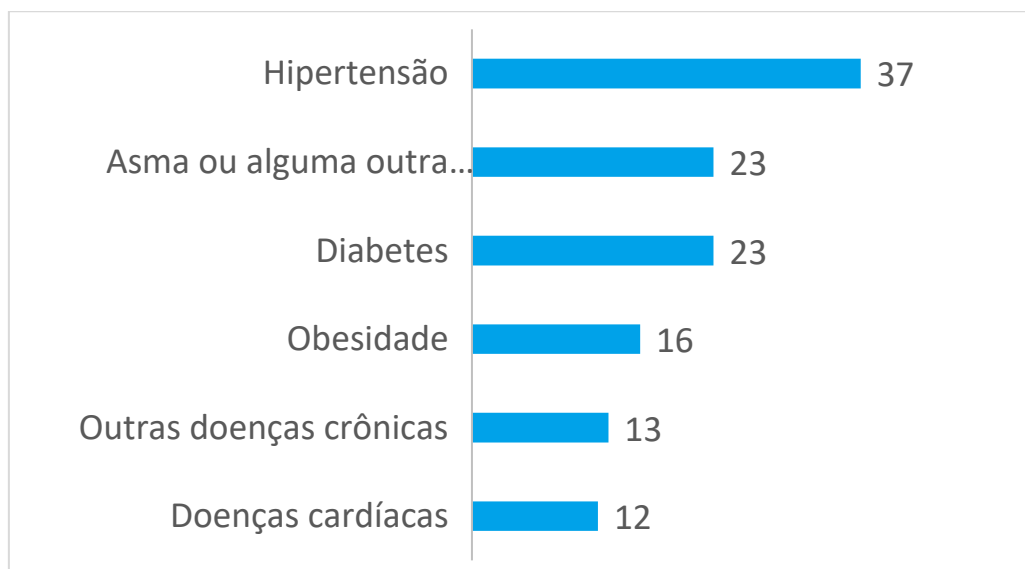
Ainda sobre aqueles que sentiram ou residem com alguém que sentiu sintomas de COVID-19 desde o início da pandemia, 67% informaram que foi feito algum teste para constatar se havia infecção pelo coronavírus. Dentre eles, 71% mencionaram que o teste teve resultado positivo, o que representa cerca de 25% da população com 18 anos ou mais. O estudo investiga estes fenômenos desde a sua primeira rodada, realizada em julho de 2020, quando 24% mencionaram que fizeram algum

teste, passando a 54% na segunda rodada, realizada em novembro do mesmo ano. Ademais, na primeira rodada, 38% daqueles que indicaram a realização de testes mencionaram que tiveram resultado positivo, percentual que aumentou 26 pontos percentuais na segunda rodada do estudo, atingindo 64%.

As milhares de mortes por conta da COVID-19 têm acarretado importantes consequências para as famílias afetadas, incluindo, em muitos casos, dificuldades financeiras. Nesse contexto, crianças ou adolescentes são particularmente vulneráveis, uma vez que o falecimento de um adulto da casa pode significar a perda de um responsável direto. Para mapear adequadamente esse cenário, em maio de 2021, 5% da população com 18 anos ou mais mencionou o falecimento de pais, mães ou responsáveis por alguma criança ou adolescente da sua família em decorrência de complicações da COVID-19, o que equivale a cerca de 8 milhões de brasileiros. Essa foi uma situação mais frequentemente relatada pelos residentes da região Norte do país, onde a proporção chegou a 13%, enquanto as proporções foram mais próximas da média nacional nas demais regiões. Não foram observadas variações significativas considerando residentes ou não residentes com crianças ou adolescentes, ou de acordo com a classe socioeconômica ou faixa de rendimento familiar.

Os estudos sobre os riscos da COVID-19 na saúde dos indivíduos indicam que ter alguma comorbidade pré-existente pode acarretar no desenvolvimento da forma grave da doença e, por isso, a pesquisa voltou a investigar a pré-existência de comorbidades no público alvo. Cerca de dois terços (62%) da população brasileira com 18 anos ou mais indicaram ter ou residir com alguém que tem alguma comorbidade, representando aproximadamente 98 milhões de brasileiros, o que foi mais comum, sobretudo, entre pessoas com 55 anos ou mais (71%). Entre as comorbidades mencionadas, hipertensão foi a mais citada, seguida por asma ou alguma outra doença respiratória, diabetes e obesidade (gráfico 05).

Gráfico 05  
COMORBIDADES PRÉ-EXISTENTES ENTRE MORADORES DOS DOMICÍLIOS  
(Maio/2021)  
*Percentual sobre o total de brasileiros com 18 anos ou mais (%)*

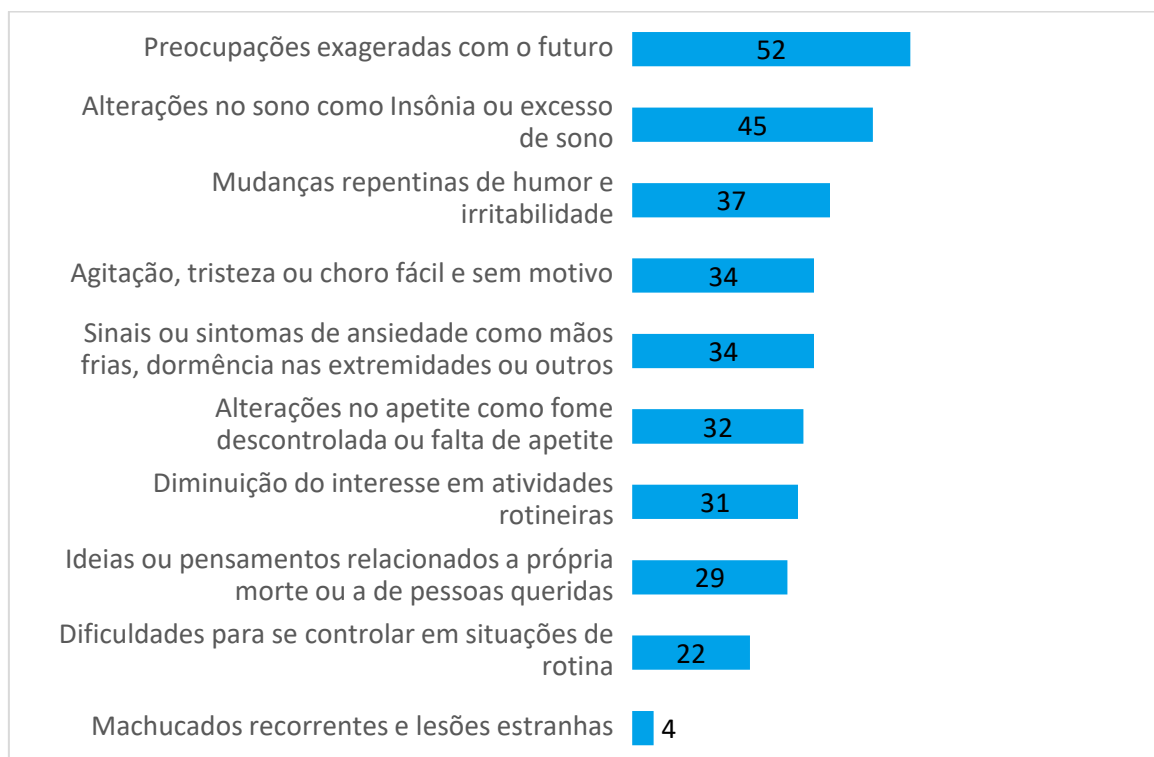


## SAÚDE MENTAL

A pandemia de COVID-19 vem acarretando uma série de pressões psicológicas na população, envolvendo, por exemplo, o medo de contrair a doença, a necessidade de isolamento social ou mesmo a perda de trabalho e renda no período. Por conta desse contexto, a partir da rodada de novembro de 2020, o estudo passou a investigar a presença de sintomas relacionados a transtornos mentais durante a pandemia entre os moradores dos domicílios dos entrevistados. Em maio de 2021, entre os sintomas mais mencionados, destaca-se a preocupação exagerada com o futuro; além de alterações no sono como insônia ou excesso de sono e; mudanças repentinas de humor e irritabilidade (gráfico 06). Considerando os dados em conjunto, a pesquisa indica que 58% da população com 18 anos ou mais reside com alguém que durante a pandemia apresentou ao menos dois dos sintomas investigados, proporção maior entre mulheres (68%) do que homens (47%), e entre pessoas que residem com crianças e adolescentes (63%) em relação a pessoas que não residem com esse público (55%). Entre as faixas etárias, observa-se que a incidência de menções a ao menos dois sintomas foi maior quanto mais baixa a faixa etária dos entrevistados, a exemplo de pessoas que com 18 a 24 anos (76%) em contraste com aqueles com 55 anos ou mais (55%). Ainda cabe destacar que a proporção de menções a dois sintomas ou mais aumentou em relação a novembro de 2020, quando ficou em 53%.

Gráfico 06

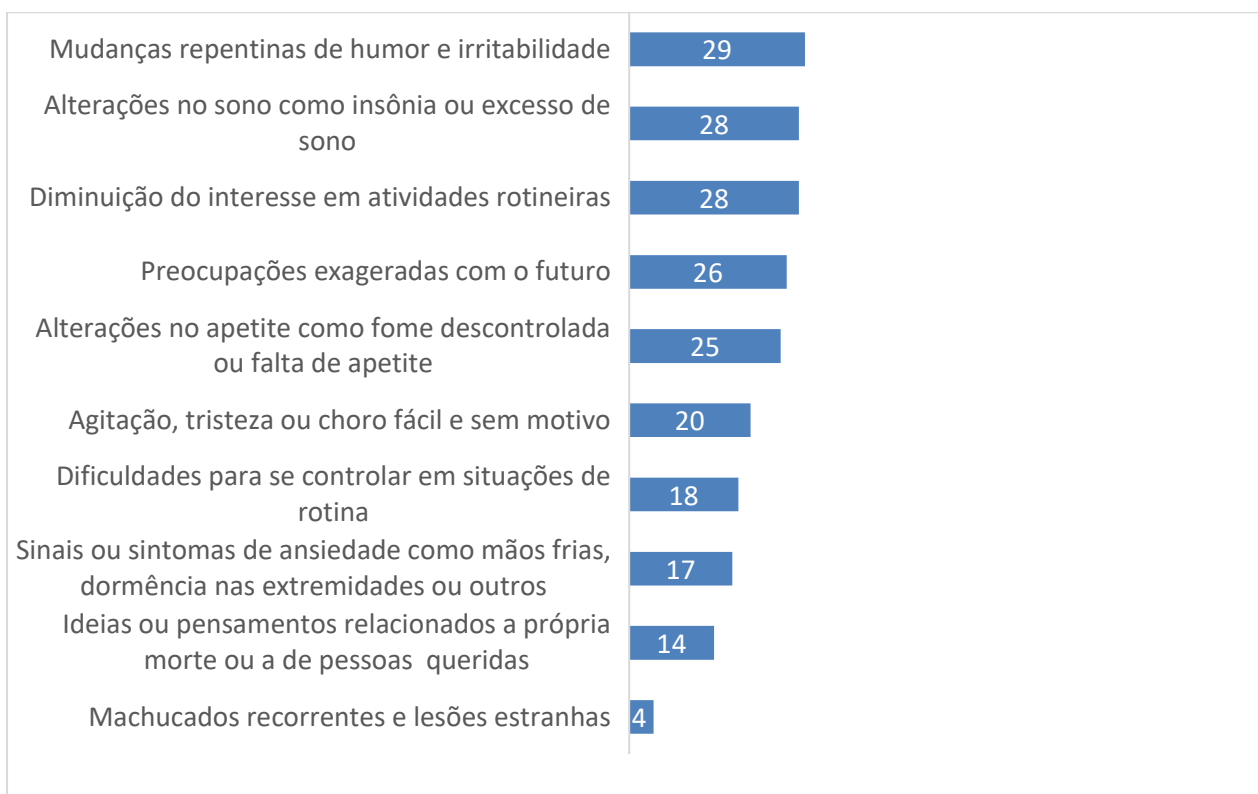
SINTOMAS RELACIONADOS A TRANSTORNOS MENTAIS APRESENTADOS DURANTE A PANDEMIA POR ALGUM DOS MORADORES (Maio/2021)  
*Percentual sobre o total de brasileiros com 18 anos ou mais (%)*



Entre as pessoas que residem com adolescentes na faixa etária de 11 a 17 anos, o estudo também traz informações sobre o desenvolvimento de sintomas de transtornos mentais especificamente entre esses adolescentes. Na rodada de maio, 41% da população com 18 anos ou mais mencionaram que algum adolescente do domicílio apresentou dois ou mais dos sintomas investigados durante a pandemia, proporção estável em relação a novembro de 2020 (39%). Entre os sintomas mais mencionados na rodada de maio de 2021 estão mudanças de humor e irritabilidade; alterações no sono como insônia ou excesso de sono; diminuição do interesse em atividades rotineiras; preocupações exageradas com o futuro e; alterações no apetite (gráfico 07). Entre os indivíduos que observaram mudanças de humor e irritabilidade entre os adolescentes do domicílio, destacam-se mulheres (36%) e pessoas entre 35 e 44 anos (35%)

Gráfico 07

SINTOMAS RELACIONADOS A TRANSTORNOS MENTAIS APRESENTADOS DURANTE A PANDEMIA POR ALGUM ADOLESCENTE COM 11 A 17 ANOS DO DOMICÍLIO  
*Percentual sobre o total de brasileiros residentes com crianças ou adolescentes com 11 a 17 anos (%)*



Na terceira rodada do estudo Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes foi incluído um novo indicador a fim de investigar o conhecimento da população sobre instituições e serviços relacionados à saúde mental e assistência social, tendo como principal objetivo a identificação do grau de conhecimento dos CAPS – Centros de Atenção Psicossocial<sup>3</sup>. De acordo com a

<sup>3</sup> A questão de conhecimento dos CAPS foi estimulada, isto é, os nomes das instituições foram lidos aos entrevistados, que então foram questionados se as conheciam. A questão utilizada foi “Você conhece



pesquisa, 47% da população com 18 anos ou mais conhece esses centros, mas a proporção foi menor entre segmentos de nível socioeconômico mais baixo, como pessoas que estudaram até o Ensino Fundamental I (42%) e das classes DE (41%), quando comparados a pessoas que estudaram até o Ensino Superior (55%) e das classes A (56%) e B (52%). A pesquisa ainda apontou que 63% diziam conhecer centros de assistência social como CRAS ou CREAS, que tiveram menções mais frequentes entre aqueles que residem com crianças e adolescentes (69%) do que entre aqueles que não residem com esse público (60%), e nas faixas etárias de 25 a 34 anos (69%) se comparadas, por exemplo, com indivíduos na faixa etária de 55 anos ou mais (55%).

## **RENDA FAMILIAR**

Uma das áreas de investigação mais importantes da pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes é o levantamento de indicadores sobre os impactos na renda familiar da população brasileira durante a pandemia, que contextualiza vários dos demais indicadores da pesquisa. Em maio de 2021, a pesquisa revelou que 56% da população com 18 anos ou mais indicava que a renda familiar em seus domicílios diminuiu em relação a antes do início da pandemia de COVID-19, proporção que representa cerca de 89 milhões de brasileiros. Com a passagem de mais de um ano do início da pandemia de COVID-19, decretada oficialmente em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, vale ressaltar que o percentual dos que indicam redução da renda familiar em relação ao período anterior à pandemia segue no mesmo nível observado nas últimas duas rodadas do estudo (55% tanto em julho quanto em novembro de 2020), o que demonstra que o retorno à situação econômica anterior à pandemia, do ponto de vista das famílias, ainda está longe de ocorrer<sup>4</sup>.

A edição de maio de 2021 também reforça o maior impacto da pandemia na renda de pessoas que residem com crianças ou adolescentes, 64%, percentual que foi de 51% entre não residentes com crianças ou adolescentes. A diferença entre esses segmentos permanece no mesmo patamar observado nas rodadas anteriores do estudo (gráfico 08).

---

alguma das seguintes instituições ou serviços que você pode procurar no seu município em situações de angústia, ansiedade ou tristeza?”

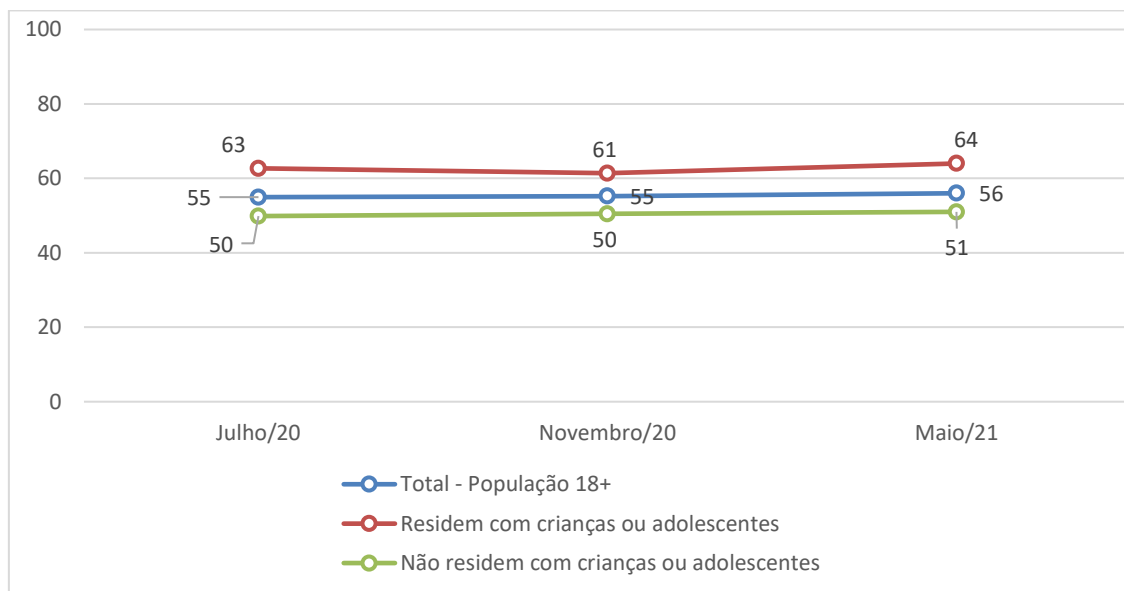
<sup>4</sup> Houve um pequeno aumento da atividade econômica no primeiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020. De acordo com o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, o PIB brasileiro aumentou 1,0% no primeiro trimestre de 2021 em relação ao primeiro trimestre de 2020. Dados disponíveis em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>. Recuperado em 24 de junho de 2026.



Gráfico 08

PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE INDICAM QUE A RENDA FAMILIAR DIMINUIU EM RELAÇÃO A ANTES DO INÍCIO DA PANDEMIA DE COVID-19 (Julho/20 – Novembro/2020 – Maio/20)

Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais (%)



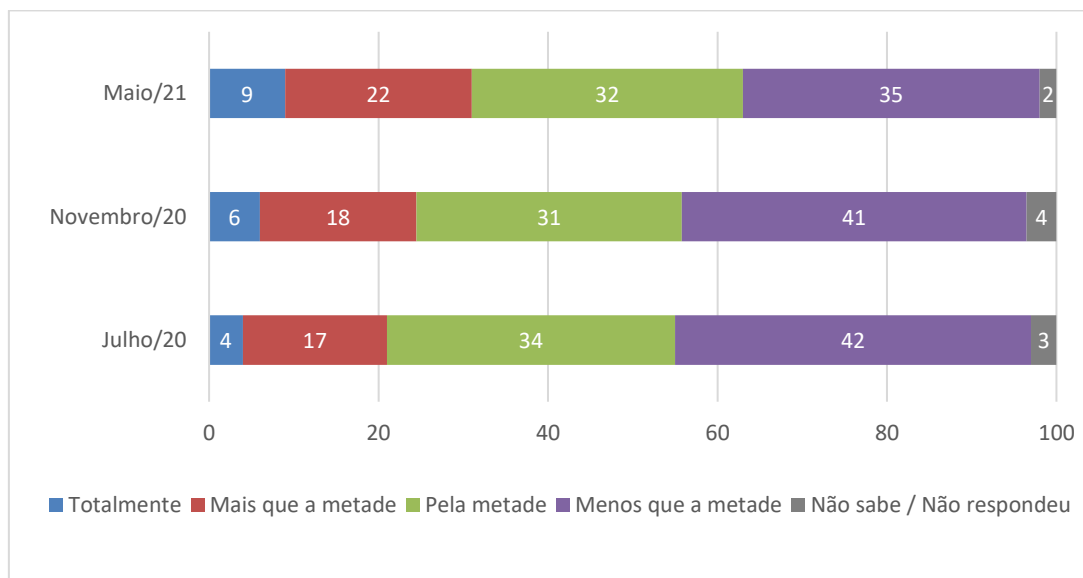
Outro indicador que permaneceu estável em maio de 2021 em relação às rodadas anteriores do estudo foi a maior proporção de pessoas que reportaram diminuição da renda nos segmentos da população com rendimento familiar ou grau de instrução mais baixos. A proporção daqueles que indicaram ter tido sua renda familiar reduzida após o início da pandemia foi maior entre indivíduos com renda familiar de até um (80%) ou mais de um até dois salários mínimos (59%), entre indivíduos pertencentes às classes C (60%) e DE (66%), bem como entre pessoas com até o Ensino Fundamental I (58%) ou Ensino Fundamental II (65%). Da mesma forma, foram observadas diferenças relevantes considerando a cor ou raça da população: entre pessoas que se declaram brancas, 50% mencionaram que sua renda familiar diminuiu com a pandemia, proporção que alcançou 61% entre pessoas que se declaram pretas ou pardas. Ainda em relação a esse indicador, a pesquisa revela que a proporção de pessoas que tiveram diminuição da renda familiar com a pandemia não apresentou variações significativas entre as regiões do país.

Entre as pessoas que tiveram sua renda familiar reduzida na pandemia, a pesquisa também voltou a investigar o nível dessa redução. Em maio de 2021, cerca de um terço dos indivíduos que tiveram redução na renda familiar indicaram que ela diminuiu menos que a metade (35%), outro terço mencionou que a renda diminuiu pela metade (32%) e a outra terça parte mencionou que a renda diminuiu totalmente (9%) ou mais do que a metade (22%). Na comparação com as rodadas anteriores do estudo, são observadas variações numéricas nos percentuais daqueles que indicam terem tido redução total ou de mais da metade da renda, mas em um nível ainda não significativo para caracterizar um aumento, considerando a margem de erro da pesquisa (gráfico 09).

Gráfico 09

GRAU DE REDUÇÃO DA RENDA FAMILIAR EM RELAÇÃO A ANTES DO INÍCIO DA PANDEMIA DE COVID-19 (Julho/20 – Novembro/2020 – Maio/20)

Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais que indicaram que a renda familiar em seus domicílios diminuiu em relação a antes da pandemia. (%)



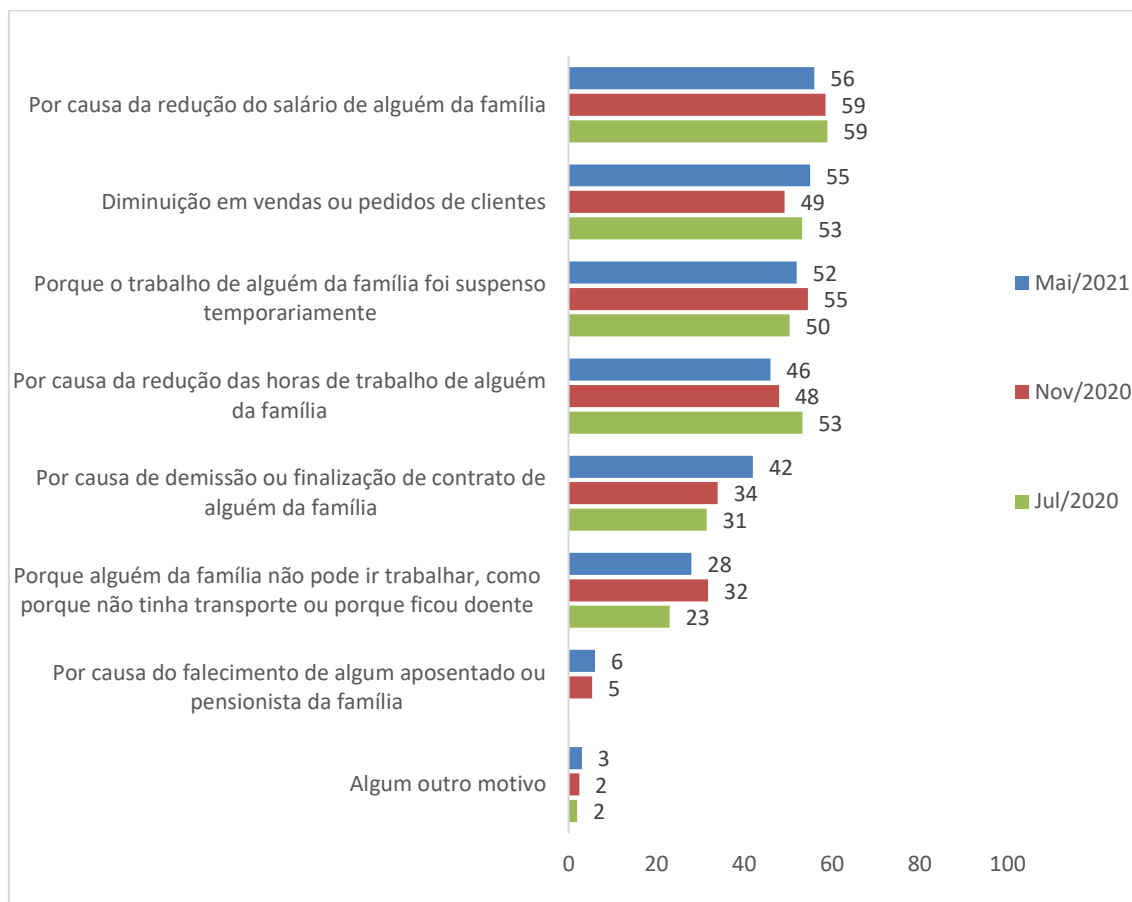
A pesquisa ainda mostra que em maio de 2021 a redução da renda familiar foi mais intensa sobretudo em segmentos da população com nível socioeconômico mais baixo. Assim como nas rodadas anteriores, a proporção dos que indicaram redução total da renda familiar, por exemplo, foi maior entre indivíduos das classes DE (12%) e C (10%) do que entre aqueles da classe B (3%), da mesma forma que foi maior entre indivíduos com grau de instrução até o Ensino Fundamental I (14%) do que entre aqueles com Ensino Superior (4%).

A pesquisa também voltou a investigar o motivo da redução da renda familiar entre aqueles que mencionaram ter tido essa redução em relação a antes do início da pandemia. Em maio de 2021 os principais motivos continuaram sendo principalmente a redução do salário de alguém da família (56%), a diminuição em vendas ou pedidos de clientes (55%), a suspensão temporária do trabalho de alguém da família (52%) e a redução das horas de trabalho de alguém da família (46%). Entre as rodadas da pesquisa, destaca-se o aumento na proporção de menções à demissão ou finalização de contrato de alguém da família, principalmente em relação a julho/20 (31%), assim como a diminuição das menções à redução das horas de trabalho de alguém da família, que era de 53% em julho/20 (gráfico 10).

Gráfico 10

MOTIVOS PARA DIMINUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR (Julho/20, Novembro/20, Maio/21)

Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais que relataram que a renda familiar diminuiu desde o início da pandemia de COVID-19 (%)



A análise dos resultados considerando os diferentes segmentos da população também revela algumas diferenças importantes. A redução da renda familiar devido à impossibilidade de ir trabalhar, por exemplo, foi mais comum principalmente entre pessoas com até o Ensino Fundamental II (31%), Ensino Médio (34%), até um salário mínimo de renda familiar (36%) e entre pessoas que se declaram pretas ou pardas (32%). Por outro lado, os percentuais foram mais baixos entre indivíduos com Ensino Superior (14%), renda familiar de mais de dois a cinco salários mínimos (17%) e entre aqueles que se declaram brancos (22%). Em um padrão semelhante, a redução da renda familiar motivada por demissão ou finalização de contrato de trabalho de alguém da família ocorreu com maior frequência entre pessoas com renda familiar de até um (46%) ou de um até dois salários mínimos (44%), assim como entre pessoas pretas ou pardas (47%).

A terceira rodada da pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes trouxe ainda dados importantes sobre a situação de trabalho dos brasileiros com 18 anos ou mais. De acordo com a pesquisa, em maio de 2021 57% dessa população estava trabalhando, o que corresponde a aproximadamente 90 milhões de brasileiros. A proporção permaneceu estável em relação a novembro de 2020 (56%) e foi maior do que a observada em julho de 2020 (50%). Além disso,

também foi investigada a proporção dos brasileiros que estavam trabalhando antes do início da pandemia: em maio de 2021, o percentual era de 68%, aproximadamente 108 milhões de brasileiros, proporção estável em relação ao dado de novembro (63%) e julho de 2020 (64%).

Além disso, a pesquisa revela que 18% dos brasileiros com 18 anos ou mais estavam trabalhando antes da pandemia, mas não estavam mais trabalhando no momento do levantamento. Esse percentual, levantado também nas rodadas anteriores do estudo, permaneceu estável: foi de 14% em novembro de 2020 e 17% em julho do mesmo ano. Com relação à variação na condição de ocupação, um quarto da população (25%) não estava trabalhando antes do início da pandemia e continuava nessa situação no momento da pesquisa, metade (50%) estava trabalhando antes da pandemia e continuou nessa situação e outros 6% não estavam trabalhando antes, mas passaram a trabalhar durante a pandemia de COVID-19.

O agrupamento que sofreu o maior impacto da pandemia tendo em sua condição de ocupação, que são as pessoas que estavam trabalhando antes da pandemia mas não estavam mais no momento do levantamento, era composto por uma parcela maior das mulheres (21%) frente aos homens (15%), de residentes com crianças ou adolescentes (23%) se comparados aos não residentes com esse público (15%), além de pessoas que se declaram pretas ou pardas (21%) quando comparadas àqueles que se declaram brancos (15%). Além disso, a rodada mais recente da pesquisa ainda aponta a manutenção de importantes diferenças socioeconômicas nesse fenômeno: a proporção daqueles que estavam trabalhando antes do início da pandemia e não estavam mais nessa situação no momento da pesquisa alcançou os maiores patamares entre indivíduos com grau de instrução mais baixo, com até o Ensino Fundamental I (19%) ou II (25%), de classes C (23%) ou DE (22%) e entre aqueles com renda familiar de até um salário mínimo (36%).

Ainda vale destacar que os impactos da pandemia também podem ser observados ao se considerar a proporção daqueles que passaram a trabalhar durante a pandemia, ou seja, estavam trabalhando no momento da pesquisa mas não trabalhavam antes do início da pandemia, maior entre mulheres (8%) do que entre homens (5%), e mais comum entre pessoas com 18 a 24 anos (15%) do que nas demais faixas etárias.

Nesse cenário de forte impacto da pandemia de COVID-19 no trabalho e na renda da população brasileira, foi implementado em 2020 pelo governo federal brasileiro o auxílio emergencial, com o objetivo de garantir uma renda mínima à população mais vulnerável durante a pandemia de COVID-19 no país. Até o primeiro semestre de 2021, o auxílio emergencial do governo federal havia passado por três fases:

- 1) o Auxílio Emergencial, com valor de R\$600,00 distribuído mediante requerimento a trabalhadores que cumprissem requisitos estabelecidos na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020<sup>5</sup>;
- 2) a extensão do auxílio, também conhecida como Auxílio Emergencial Residual ou Auxílio Emergencial Extensão, estabelecido pela Medida Provisória

<sup>5</sup> Texto disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>. Recuperado em 22 de junho de 2021.

nº 1.000, de 2 de setembro de 2020<sup>6</sup>, que disponibilizava o valor de R\$300,00 a trabalhadores que cumprissem os requisitos da lei, ou R\$600,00 para mulheres provedoras de famílias monoparentais;

3) o Auxílio Emergencial 2021, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021<sup>7</sup>, pago sem necessidade de requerimento a trabalhadores elegíveis que já houvessem recebido ou o Auxílio Emergencial ou o Auxílio Emergencial residual, com a disponibilização de valores de R\$150,00 em famílias unipessoais, R\$375,00 para mulheres provedoras de famílias monoparentais e R\$250,00 para os demais casos.

Nesse contexto, na rodada de maio de 2021, a pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes teve como objetivo a investigação tanto dos auxílios aprovados em 2020 (Auxílio Emergencial e Auxílio Emergencial Extensão) quanto do Auxílio Emergencial 2021.

Em relação ao Auxílio Emergencial de 2020, a pesquisa<sup>8</sup> indica que 51% da população com 18 anos ou mais haviam solicitado ou residiam com pessoas que fizeram essa solicitação em 2020, o que representa cerca de 81 milhões de brasileiros. Assim como nos demais indicadores sobre renda familiar e ocupação, o pedido do Auxílio Emergencial em 2020 foi mais frequente entre residentes com crianças ou adolescentes (58%) frente a não residentes com esse público (47%), assim como entre pessoas que se declaram pretas ou pardas (58%) em relação àqueles que se declaram brancos (44%). Além disso, por serem foco da política, segmentos com menor poder econômico também foram aqueles que apresentaram maior percentual de pessoas que solicitaram ou residem com pessoas que solicitaram o auxílio emergencial em 2020, como indivíduos de classes DE (57%) ou C (58%), ou com menor renda familiar, como até um (69%) ou mais de um até dois salários mínimos (57%).

---

<sup>6</sup> Texto disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.000-de-2-de-setembro-de-2020-275657334>. Recuperado em 22 de junho de 2021.

<sup>7</sup> Texto disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1039.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1039.htm). Recuperado em 22 de junho de 2021.

<sup>8</sup> A inclusão da investigação sobre o Auxílio Emergencial 2021 na pesquisa exigiu uma adequação no enunciado das questões que tratam do tema no questionário. Nas rodadas de julho e novembro de 2020, a pesquisa questionava se “Você ou alguém que mora com você pediu o auxílio emergencial do governo federal?”, e para aqueles que respondiam positivamente “Você ou alguém que mora com você recebeu o auxílio emergencial do governo federal?”. Com esses estímulos, a pesquisa identificou, em novembro, que 53% da população haviam pedido ou residiam com alguém que havia pedido o auxílio e 47% haviam recebido ou residiam com alguém que havia recebido o auxílio. Na rodada de maio de 2021, as questões foram alteradas para “No ano passado, ou seja, em 2020, você ou alguém que mora com você pediu o auxílio emergencial do governo federal?” e “Até o mês de janeiro de 2021, você ou alguém que mora com você recebeu pelo menos uma parcela do auxílio emergencial do governo federal?” – visando investigar o Auxílio Emergencial ou Auxílio Emergencial Extensão, pagos até janeiro/21 – e “E a partir do mês de abril de 2021, você ou alguém que mora com você recebeu o auxílio emergencial do governo federal?” - visando investigar o Auxílio Emergencial 2021. A proporção daqueles que receberam ou residem com pessoas que receberam pelo menos uma parcela do auxílio emergencial até janeiro de 2021 foi mais baixa em maio/21 do que a proporção dos que haviam recebido ou residiam com alguém que havia recebido o auxílio observada em novembro/20, indicando que a mudança da questão pode ter interferido no resultado do indicador. Por conta disso, não estão sendo realizadas comparações entre as rodadas da pesquisa nessa seção do relatório.

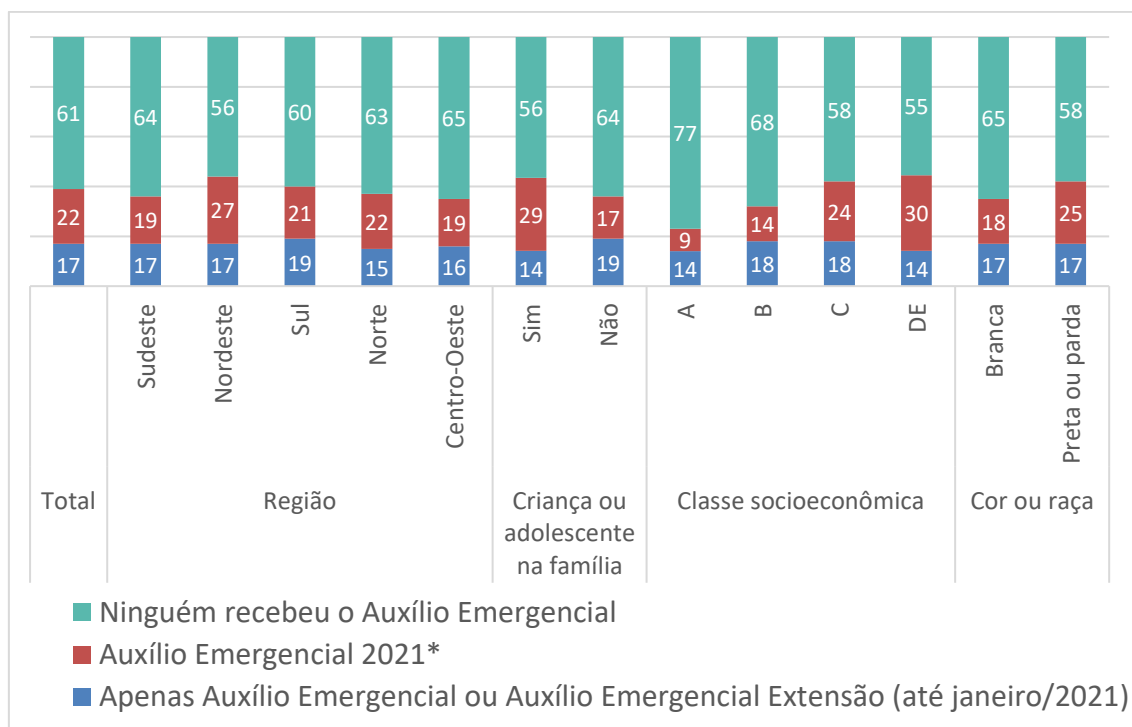
Do total de pessoas que indicaram ter pedido ou residir com alguém que pediu o Auxílio Emergencial do governo federal em 2020, 76% declararam ter recebido pelo menos uma parcela do auxílio até janeiro de 2021, quando foram feitos os últimos pagamentos dos auxílios aprovados ainda em 2020. Em números absolutos, esse percentual representa cerca de 62 milhões de pessoas, ou 39% da população com 18 anos ou mais.

Quanto ao Auxílio Emergencial 2021, cujos pagamentos tiveram início em abril de 2021, a pesquisa revela que 56% daqueles que residiam com pessoas que haviam recebido alguma parcela do Auxílio Emergencial até janeiro de 2021 receberam também o novo auxílio, percentual que representa cerca de 35 milhões de brasileiros, ou 22% da população com 18 anos ou mais. Por outro lado, em maio de 2021 a proporção daqueles que receberam ou residiam com pessoas que haviam recebido parcelas do Auxílio Emergencial pagas até janeiro de 2021, sem ter recebido o Auxílio Emergencial 2021, era de 17% da população com 18 anos ou mais (Gráfico 11).

Como pode ser observado no gráfico 11, a menção ao recebimento exclusivamente do Auxílio Emergencial até janeiro de 2021 apresentou patamares semelhantes em diferentes segmentos da população. Por outro lado, a menção ao recebimento do Auxílio Emergencial 2021 foi maior quanto mais baixa a classe socioeconômica dos indivíduos, e maior entre residentes com crianças ou adolescentes em casa (29%), aqueles que se declaram pretos ou pardos (25%) e a população da região Nordeste (27%).

Gráfico 11

RECEBIMENTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL DO GOVERNO FEDERAL ENTRE OS MORADORES DO DOMICÍLIO (Maio /21)  
 Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais (%)





\* Investigado apenas entre indivíduos que residem com pessoas que já haviam recebido o Auxílio Emergencial ou Auxílio Emergencial Extensão até janeiro de 2021.

Entre a população que pediu ou que reside com pessoas que pediram o Auxílio Emergencial em 2020 mas não receberam, ou que receberam alguma parcela do Auxílio Emergencial até janeiro de 2021 mas não receberam o Auxílio Emergencial 2021, a pesquisa também investigou o motivo para o não recebimento. Mais da metade deles (54%) indicaram que o pedido não foi aceito, enquanto cerca de um em cada dez desses indivíduos mencionou que o pedido foi aceito, mas até o momento da entrevista ainda não haviam recebido o dinheiro (11%) ou que o pedido permanecia em análise (9%). Além disso, vale ressaltar que 26% mencionaram não saber o motivo de não terem recebido o Auxílio Emergencial.

Ainda em relação ao trabalho e a renda das famílias, a terceira rodada da pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes voltou a levantar informações sobre o trabalho infantil junto a residentes com crianças de 5 a 13 anos, durante o período da pandemia. A proporção daqueles que mencionaram que as crianças com quem residem trabalharam ou fizeram bico em atividade remunerada por pelo menos uma hora desde o início da pandemia foi de 5% tanto entre residentes com crianças de 5 a 9 anos quanto entre residentes com crianças com 10 a 13 anos. O mesmo percentual (5%) foi observado na proporção de menções a crianças que ajudaram durante pelo menos uma hora, sem receber pagamento, no trabalho remunerado de algum morador da casa, tanto na faixa etária de 5 a 9 anos, quanto na de 10 a 13 anos. Não foram observadas diferenças significativas nos cruzamentos de renda, classe socioeconômica, cor ou raça ou região. Em comparação aos dados de novembro de 2020, é possível observar estabilidade em ambos os indicadores que tratam de trabalho infantil (5% em ambas as rodadas).

## **SEGURANÇA ALIMENTAR**

A fim de compreender em mais detalhes as condições de vida da população brasileira durante a pandemia de COVID-19, o estudo Impactos Primários e Secundários da Pandemia da COVID-19 em Crianças e Adolescentes investigou novamente aspectos da alimentação dos brasileiros no período. O levantamento de maio de 2021 reforça o impacto da pandemia nos hábitos alimentares dos brasileiros: para mais da metade das pessoas com 18 anos ou mais (55%) os hábitos alimentares em seus domicílios mudaram desde o início da pandemia, proporção estável em relação à rodada anterior (54%), mas maior do que a identificada na primeira rodada do estudo (49%).

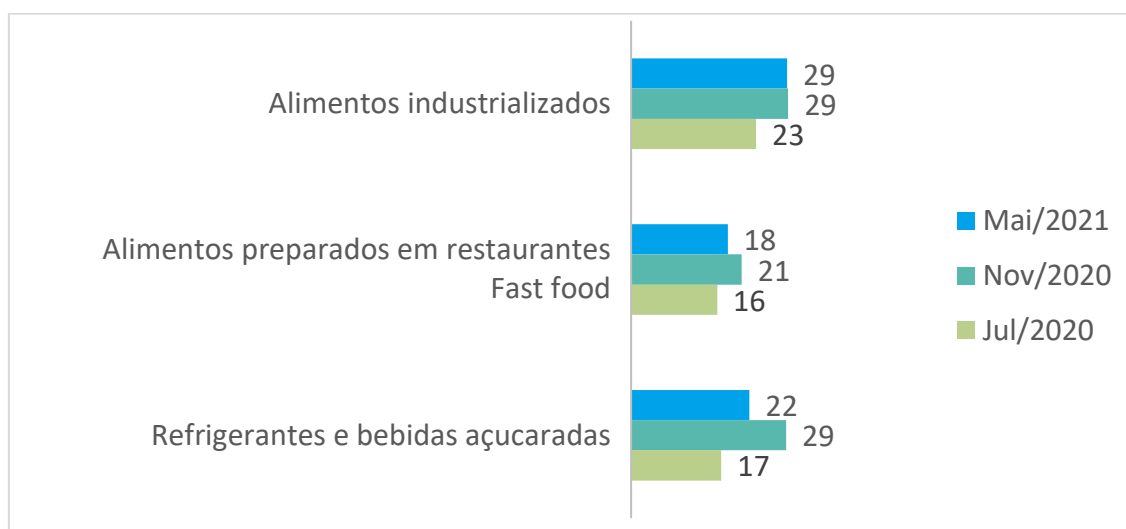
Outra situação que permanece estável em relação às rodadas anteriores é a maior menção de alteração nos hábitos alimentares durante a pandemia entre a população que reside com crianças e adolescentes (61%) quando comparados aos não residentes com esse público (52%). Além disso, a menção à mudança de hábitos alimentares durante a pandemia também foi mais alta entre pessoas que se declaram pretas ou pardas (61%) do que entre as que se declaram brancas (48%), bem como entre pessoas com renda familiar de até um salário mínimo (64%) ou mais de um até dois salários mínimos (58%), em relação àqueles com renda familiar de mais de dois até cinco (50%) ou mais de cinco até dez salários mínimos (44%), o que demonstra o maior impacto da pandemia nos hábitos alimentares de segmentos mais vulneráveis da população.

Também visando identificar mudanças nos hábitos alimentares dos brasileiros durante a pandemia de COVID-19, a pesquisa também investiga a percepção de aumento do consumo de alguns tipos produtos relacionados a uma alimentação não saudável no período. Desses, destaca-se a proporção daqueles que indicaram ter aumentado o consumo de alimentos industrializados (29%), estável em relação à rodada do final de 2020, além da proporção de menções ao aumento no consumo de refrigerantes ou bebidas açucaradas (22%) que, por outro lado, apresentou redução significativa em relação a novembro de 2020 (gráfico 12).

Gráfico 12

PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE INDICARAM TER AUMENTADO O CONSUMO DE ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS, PREPARADOS EM RESTAURANTES OU FAST FOODS E REFRIGERANTES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 (Julho/20 – Novembro/2020 – Maio/2021)

Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais (%)



Merece atenção especial a proporção de residentes com crianças ou adolescentes que relatam aumento de consumo tanto de alimentos industrializados (40%) quanto de refrigerantes (29%) durante a pandemia, maiores do que os percentuais observados entre não residentes com esse público, dos quais, 22% relataram aumento do consumo de alimentos industrializados e 18% o aumento do consumo de refrigerantes ou bebidas açucaradas. Tais diferenças são observadas desde as edições anteriores da pesquisa, o que revela impacto maior e constante na redução da qualidade dos alimentos consumidos entre famílias com crianças ou adolescentes, reforçando a importância de políticas públicas também direcionadas a essa questão.

A menção ao aumento do consumo de alimentos não saudáveis durante a pandemia mostrou-se mais comum entre mais jovens, sobretudo entre pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos (Gráfico 13). Levando em consideração os segmentos socioeconômicos, a percepção de aumento no consumo desses produtos foi mais alta principalmente entre indivíduos da classe A, enquanto as menores proporções foram identificadas entre aqueles das classes DE, indicando que o poder de compra influenciou de forma relevante a mudança desses hábitos no período de referência. Além disso, destacam-se as maiores proporções de menções a aumento no consumo

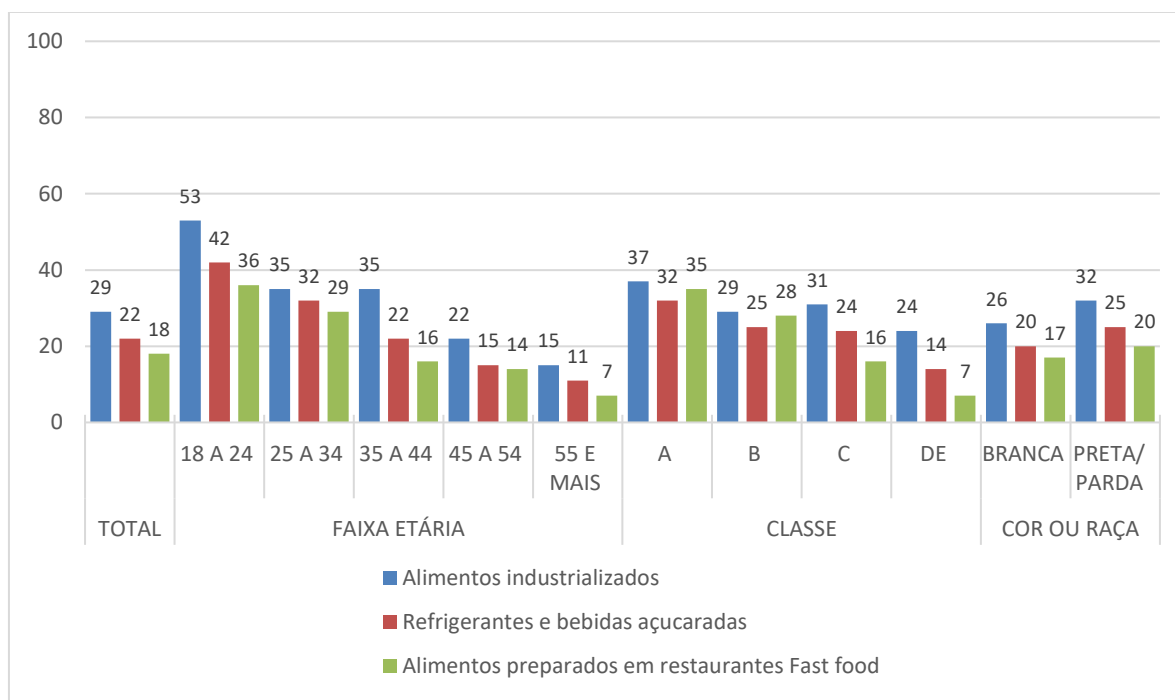


de alimentos industrializados e refrigerantes em domicílios de indivíduos que se declaram pretos ou pardos em relação àquelas que se declaram brancos (Gráfico 13).

Gráfico 13

PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE DECLARARAM QUE DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA HOUVE AUMENTO NO CONSUMO DE ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS, REFRIGERANTES OU ALIMENTOS DE FAST-FOOD ENTRE OS MORADORES DE SEUS DOMICÍLIOS (Maio de 2021)

Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais (%)



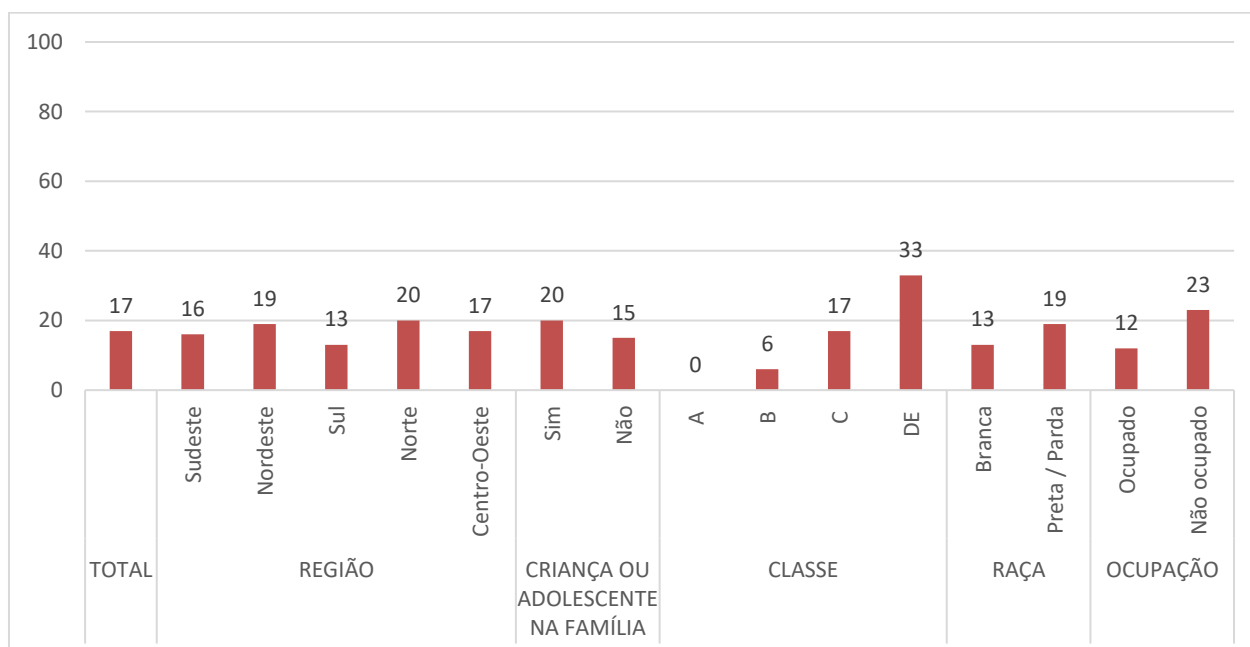
Para abordar o tema da qualidade dos produtos consumidos nos domicílios dos brasileiros sob outra perspectiva, a pesquisa também identificou que, em maio de 2021, 41% da população com 18 anos ou mais indicavam a redução no consumo de alimentos não industrializados em seus domicílios desde o início da pandemia. O percentual foi ainda maior entre pessoas residentes com crianças e adolescentes (49%), que se declaram pretas ou pardas (46%) e residentes da região Centro-Oeste (53%), se comparados com não residentes com crianças e adolescentes (36%), pessoas que se declaram brancas (35%) ou que residem na região Sul (37%). Além disso, ao se comparar o resultado total desse indicador com a primeira rodada do estudo (34%), realizada em julho de 2020, observa-se um aumento significativo de sete pontos percentuais, indicando que o consumo de alimentos não industrializados diminuiu durante a pandemia.

A pesquisa revela ainda que, em maio de 2021, a insegurança alimentar permanecia sendo um grave problema para uma parcela relevante da população brasileira, sobretudo entre segmentos mais vulneráveis, se destacando como um dos principais impactos da pandemia de COVID-19 no país. Em maio de 2021, 17% da população com 18 anos ou mais residiam em domicílios em que durante a pandemia alguém deixou de comer por falta de dinheiro para comprar comida (Gráfico 14), percentual

que representa cerca 27 milhões de brasileiros. Em relação a novembro de 2020, a proporção segue estável (13%), com variação dentro da margem de erro<sup>9</sup>.

As desigualdades socioeconômicas tiveram impacto no acesso regular a alimentos durante a pandemia, com uma proporção de pessoas que relataram terem passado por situações de insegurança alimentar no domicílio quase duas vezes maior na classe DE do que na C, e com proporções bastante baixas entre indivíduos das classes A e B (Gráfico 14). Também foram mais afetadas por situações de insegurança alimentar durante a pandemia as pessoas que residem com crianças ou adolescentes, as que se declaram pretas ou pardas, bem como os não ocupados. Os percentuais por grande região, por outro lado, apesar das variações numéricas, não apresentaram diferenças significativas.

Gráfico 14  
**PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE DECLARARAM QUE ALGUÉM NO DOMICÍLIO DEIXOU DE COMER PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA (Maio de 2021)**  
*Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais (%)*



Outro dado importante sobre insegurança alimentar é que entre a população residente em domicílios em que alguém recebeu o Auxílio Emergencial 2021, quase um terço (29%) afirmava que algum morador havia deixado de comer por falta de dinheiro, proporção maior do que a observada entre aqueles que não receberam nenhuma parcela do auxílio emergencial (13%). Deste modo, é possível inferir que o auxílio emergencial está sendo destinado a pessoas que estão em situação de maior

<sup>9</sup> Na primeira rodada do estudo, em julho de 2020, foi utilizada para a investigação sobre insegurança alimentar uma questão diferente da utilizada nas rodadas de novembro/20 e maio/21. Naquela ocasião, foi questionado se “Desde o carnaval, você ou alguém que mora com você teve fome e deixou de comer porque não havia dinheiro para comprar mais comida?”, que atingiu uma proporção de 6%. A partir de novembro de 2020, a questão foi ajustada para “Desde o carnaval, você ou alguém que mora com você deixou de comer porque não havia dinheiro para comprar mais comida?”, sendo que na rodada de maio de 2021 foi feito apenas um ajuste no período de referência utilizado na pergunta.

vulnerabilidade, e que a situação poderia ser ainda pior sem esse programa. Entretanto, os dados evidenciam a existência de uma proporção da população que não recebeu nenhuma parcela do Auxílio Emergencial e também passou por momentos de insegurança alimentar, indicando que parte da população vulnerável não foi atingida pela iniciativa do governo federal. Além disso, os resultados da pesquisa sugerem que o valor das parcelas do auxílio emergencial pode não ter garantido a segurança alimentar de todas as famílias beneficiadas.

Para mensurar o impacto da pandemia de COVID-19 na segurança alimentar das crianças e adolescentes, a pesquisa investigou novamente com os adultos a ocorrência de momentos de insegurança alimentar durante a pandemia exclusivamente entre crianças e adolescentes residentes no domicílio. De acordo com os dados de maio de 2021, 13% dos residentes com crianças ou adolescentes declaram que, desde o começo da pandemia, alguma criança ou adolescente do domicílio havia deixado de comer por falta de dinheiro para comprar comida, proporção que representa cerca de 8 milhões de pessoas que residem com esse público, também com variação dentro da margem de erro em relação ao percentual observado na última rodada (8%). Mais uma vez, o impacto foi ainda maior entre pertencentes às classes DE (33%), que se declararam pretos ou pardos (17%) ou que não tem ocupação (21%).

No que concerne à alimentação de crianças e adolescentes no Brasil, as escolas públicas ocupam um papel fundamental, uma vez que uma parcela dos alunos mais vulneráveis pode conseguir fazer refeições apenas no ambiente escolar. No período de pandemia, seguindo as diretrizes da lei 13.987/20, aprovada em 07 de abril de 2020<sup>10</sup>, que estendeu as ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visando atender os alunos mesmo durante o fechamento das escolas, as escolas públicas passaram a distribuir alimentos para famílias das crianças e adolescentes regularmente matriculados. De acordo com dados da rodada de maio de 2021 da pesquisa, contudo, metade (50%) das pessoas que residem com crianças ou adolescentes matriculados em escolas públicas afirmavam que as crianças ou adolescentes continuaram recebendo alimentação das escolas durante o período de fechamento dessas instituições, enquanto 48% indicavam que elas não continuaram recebendo alimentos.

Destaca-se ainda a proporção relevante de menções ao não recebimento de alimentos mesmo em segmentos mais pobres da população: entre a população com renda familiar de até um salário mínimo residente com crianças ou adolescentes matriculados em escolas públicas, 41% declararam que as crianças não continuaram recebendo alimentação das escolas no período em que estiveram fechadas. Entre as grandes regiões do país, a menção ao não recebimento de alimentos foi maior nas regiões Norte (57%) e Sul (59%) em relação ao Sudeste (49%), Centro-Oeste (45%) e Nordeste (35%). Portanto, em um contexto em que, como será exposto na seção sobre Educação, a maior parte das escolas segue oferecendo apenas atividades remotas, a segurança alimentar das crianças e adolescentes que dependem da

---

<sup>10</sup> Texto disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>. Recuperado em 01 de julho de 2021.

alimentação escolar também deve ser considerada nas decisões relativas à reabertura segura das escolas.

## EDUCAÇÃO

Em decorrência da pandemia de COVID-19 no Brasil, em 2021, as escolas brasileiras permanecem restringindo suas atividades presenciais com objetivo de evitar a propagação do vírus causador da doença. O ensino híbrido, que mescla atividades remotas e presenciais, tem sido adotado pela maioria dos estados<sup>11</sup>, mas ainda assim a maior parte crianças e adolescentes brasileiros permanece realizando apenas atividades remotas, como indicam os resultados detalhados a seguir. Em alguns estados brasileiros, o mês em que ocorreu o período de coleta dos dados da pesquisa, maio de 2021, também foi marcado pelo início do processo de vacinação dos profissionais da educação.

A seção de educação desta rodada da pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes traz novidades em relação às anteriores. Nessa rodada, o universo de análise passou a abranger todos os residentes com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e não somente aqueles que residem com menores de 18 anos em idade escolar, que se inicia a partir dos 4 anos<sup>12</sup>. Por conta dessa mudança no universo considerado, nessa seção do relatório não serão realizadas comparações com os resultados das rodadas anteriores da pesquisa. Outra novidade foi a inclusão de questões que visam compreender a realidade dos estudantes em ensino remoto, como indicadores sobre o uso de plataformas virtuais de ensino, os equipamentos eletrônicos utilizados e as dificuldades para a realização de atividades remotas.

De acordo com a pesquisa, em maio de 2021, a grande maioria (86%) dos residentes com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos informavam que eles estavam matriculados em escolas de educação infantil, pré-escola, ensino fundamental ou ensino médio no momento da realização da entrevista. No entanto, a proporção dos que residem com crianças e adolescentes e alegavam que eles não estavam matriculados em escolas (14%) equivale a cerca de 9 milhões de pessoas que residem com crianças e adolescentes. Nesse ponto, é necessário considerar que a faixa etária de 0 a 17 anos abrange também crianças que estão fora da idade escolar, com 0 a 3 anos, sendo que considerando apenas residentes com crianças e adolescentes em idade escolar, 96% afirmavam que eles estavam matriculados em alguma escola. Dentro do universo de residentes com crianças e adolescentes matriculados em escolas, 75% informavam que os estudantes estavam matriculados em instituições públicas, 22% em privadas e 4% conviviam com alunos de escolas públicas e privadas, pois residiam com mais de uma criança ou adolescente nessa faixa etária.

---

<sup>11</sup> Mais informações em <https://consed.info/ensinoremoto/> e <https://www.fenep.org.br/single-de-noticia/nid/atualizacao-mapa-de-retorno-das-atividades-educacionais-presenciais-no-brasil-1/>.

Acessado em 23 de junho de 2021.

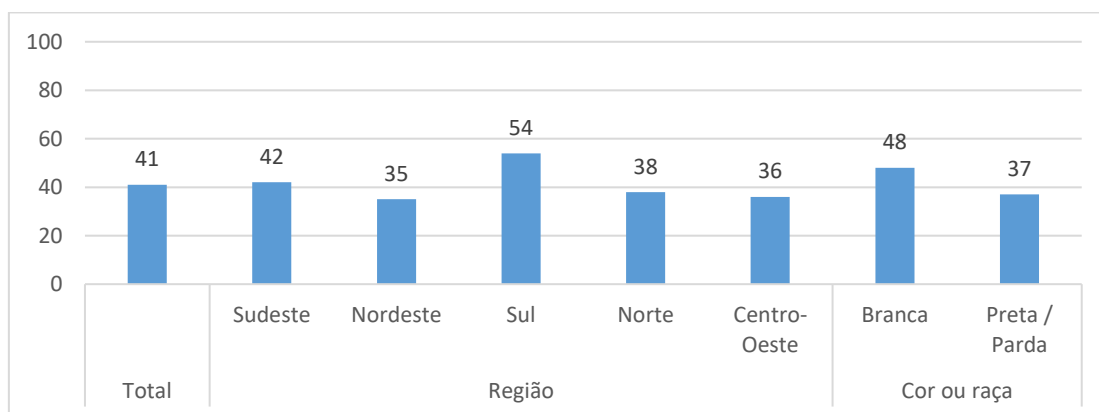
<sup>12</sup> Segundo Resolução CNE/CEB nº 2, de 9 de outubro de 2018, disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2018-pdf-1/98311-rceb002-18/file#:~:text=2%C2%BA%20A%20data%20de%20corte,pelas%20Diretrizes%20Curriculares%20Nacionais%20ou>. Acessado em 23 de junho de 2021.

Assim como em 2020, em maio de 2021 a maior parte (93%) dos residentes com crianças e adolescentes matriculados em escolas informou que as escolas vinham oferecendo aos alunos atividades remotas. Atividades presenciais, por outro lado, foram mencionadas em proporção bem menor (41%). Além de menos frequente, a proporção de menções a essa modalidade de atividade apresentou disparidades de acordo com a região do Brasil e com a cor ou raça do respondente, com proporções maiores na região Sul e entre brancos do que no Nordeste ou entre pretos ou pardos (Gráfico 15).

Gráfico 15

OFERTA DE ATIVIDADES PRESENCIAIS NA ESCOLA, POR REGIÃO E COR OU RAÇA

Percentual sobre o total de pessoas que residem com crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos matriculados em escolas (%)



A oferta de atividades remotas pelas escolas requer recursos específicos seja por parte do aluno, seja por parte dos professores e escolas. Nesse sentido, a pesquisa revela que, em maio, os principais meios utilizados pelas escolas para disponibilizarem atividades remotas aos alunos, de acordo com os moradores com crianças ou adolescentes matriculados em escolas com atividades remotas, foram o WhatsApp (71%) e a distribuição de materiais impressos (69%). Também mencionadas por uma parcela bastante relevante foram plataformas como o Google Sala de Aula (55%) e outras plataformas pela Internet (49%), enquanto os meios menos citados foram o Youtube (28%) e a TV (14%). Foram observadas diferenças significativas de acordo com o nível socioeconômico na utilização de materiais impressos, mais mencionada entre residentes com crianças matriculadas em escolas com atividades remotas da classe C (73%) do que na classe B (61%). Além disso, destaca-se o padrão observado entre os que estudaram até o Ensino Superior, entre os quais foi observado o menor percentual de menções ao WhatsApp (60%), ao mesmo tempo que mencionaram em maiores proporções plataformas como Google Sala de Aula (62%) ou outras plataformas pela Internet (64%). Considerando as grandes regiões do país, destaca-se principalmente a diferença na proporção daqueles que mencionaram plataformas como o Google Sala de Aula, mais frequente no Sudeste (58%) do que no Norte (38%) do país.

Em relação ao tipo de equipamento utilizado em atividades remotas pelas crianças e adolescentes, a pesquisa identificou que mais da metade (57%) dos residentes com crianças ou adolescentes matriculados em escolas com atividades remotas indicavam que eles as realizavam em um celular próprio, e metade (51%) em um celular de

outro membro da família. O uso do computador, por outro lado, foi menos frequente: aqueles que informavam que os estudantes utilizavam um computador ou tablet da família foram 36%, enquanto 29% mencionaram um computador ou tablet da criança ou adolescente.

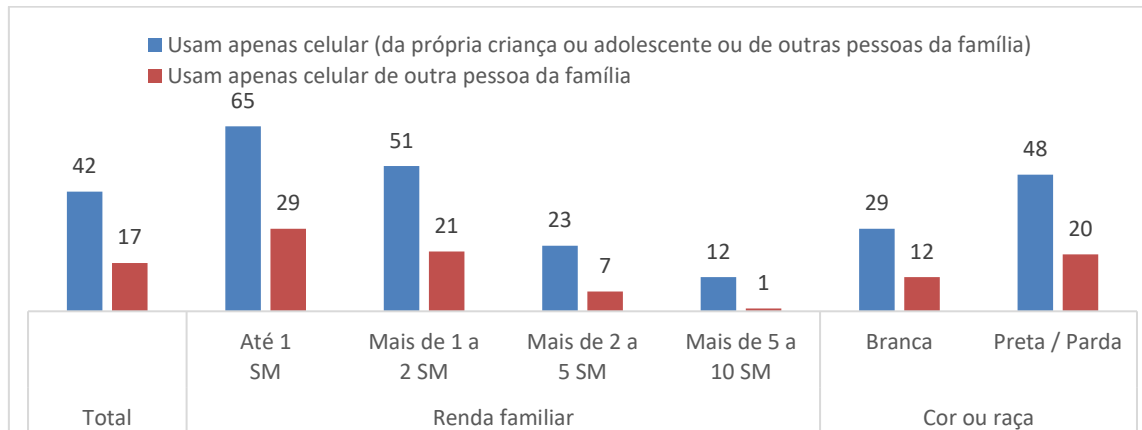
O estudo ainda revela a existência de padrões socioeconômicos no uso dos tipos de dispositivos em atividades remotas: enquanto o uso de um celular da criança ou adolescente apresentou poucas variações de acordo com a renda familiar ou grau de instrução do respondente, com percentuais próximos à média nacional, o uso de computador ou tablet foi mais comum na classe B do que na C, seja considerando um computador da família (59% na classe B frente a 29% na classe C) ou equipamentos próprios das crianças ou adolescentes (37% na classe B frente a 25% na classe C). Vale ressaltar ainda a particularidade da faixa de renda familiar de até um salário mínimo, na qual a menção a um celular de outra pessoa da família como dispositivo utilizado pelas crianças ou adolescentes em atividades escolares remotas foi a mais frequente (60%), ao contrário das faixas de rendimento familiar mais altas, em que os maiores percentuais foram observados para um celular da própria criança ou adolescente, ou para um computador.

Os dados sobre a utilização exclusiva de telefone celular para realização de atividades remotas evidenciam como a desigualdade socioeconômica leva a condições bastante distintas para a realização de atividades escolares remotas. Em maio de 2021, dois em cada cinco residentes com crianças ou adolescentes matriculados em escolas com atividades remotas (42%) apontavam o telefone celular – próprio ou de outra pessoa da família - como o único tipo de equipamento utilizado por crianças e adolescentes para a realização de atividades escolares em casa, e 17% indicavam que as crianças ou adolescentes com quem moravam utilizavam apenas celulares pertencentes a outras pessoas da família, o que implica em menos tempo com o equipamento disponível para estudo. Conforme ilustrado no Gráfico 16, as proporções foram mais altas quanto menor o rendimento familiar dos indivíduos: na faixa de renda familiar de até um salário mínimo, o percentual de menções ao uso exclusivo de celular alcançou 65%, sendo que 29% mencionam apenas a utilização de celulares de outras pessoas da família. De forma semelhante, o uso exclusivo de telefone celular pelas crianças ou adolescentes com quem residem para a realização de atividades escolares remotas foi mais frequentemente mencionado entre pretos ou pardos do que entre brancos.

Gráfico 16

USO EXCLUSIVO DO CELULAR EM ATIVIDADES REMOTAS, POR RENDA FAMILIAR E COR OU RAÇA

Percentual sobre o total de pessoas que residem com crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos matriculados em escolas que estão oferecendo atividades remotas (%)



Com a pandemia de COVID-19 o ensino remoto tornou-se rapidamente parte do cotidiano da grande maioria dos estudantes brasileiros, mas a mudança foi marcada por seu caráter inesperado, que implicou no agravamento das consequências de velhos desafios, como o da conectividade à Internet nos domicílios, além de ter trazido novos desafios para a alunos, professores e escolas. Nesse contexto, a pesquisa aponta que em torno de um terço dos residentes com crianças e adolescentes matriculados em escolas que oferecem atividades remotas apontavam como dificuldades para a realização dessas atividades a falta de acesso à Internet ou a baixa qualidade da conexão (35%), a falta de tempo de adultos para acompanhar ou orientar nas atividades (35%) ou a falta de equipamento adequado (31%), enquanto cerca de um quarto deles apontavam a necessidade das crianças ou adolescentes de se dedicarem a outras atividades de apoio à família que os impediam de estudar, como cuidar da casa, trabalhar ou cuidar de outras pessoas (24%). A pesquisa ainda revela que essas dificuldades foram relatadas com maior frequência entre segmentos mais vulneráveis da população, como nas faixas de renda de até dois salários mínimos e entre pessoas pretas ou pardas (Tabela 02), mais um fator que aponta o maior impacto das atividades remotas na educação de crianças ou adolescentes nesses segmentos da população.



Tabela 02

DIFICULDADES PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ESCOLARES REMOTAS POR CRIANÇAS OU ADOLESCENTES DE 0 A 17 ANOS

Percentual sobre o total de pessoas que residem com crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos matriculados em escolas que estão oferecendo atividades remotas (%)

	TOTAL	RENDA FAMILIAR (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)				COR OU RAÇA	
		ATÉ 1	MAIS DE 1 A 2	MAIS DE 2 A 5	MAIS DE 5 A 10	BRANCA	PRETA/PARDA
Falta de acesso à internet ou baixa qualidade da conexão	35	46	46	17	32	23	42
Falta de tempo de adultos para acompanhar ou orientar nas atividades	35	30	47	33	26	27	40
Falta de equipamento adequado	31	54	37	14	12	20	37
Necessidade de se dedicar a outras atividades de apoio à família que a impedem de estudar	24	31	29	18	14	16	26

Quanto à reabertura das escolas para atividades presenciais no Brasil, entre 2020 e 2021 esse processo tem ocorrido de forma gradativa, em ritmo diferente em cada unidade federativa ou governo local, com a definição de critérios como as condições de saúde pública e a imunização dos docentes para determinar o retorno tanto em instituições públicas<sup>13</sup> quanto em privadas<sup>14</sup>. Entre os residentes com crianças ou adolescentes matriculados em escolas que estavam oferecendo atividades presenciais, 48% afirmavam que alguma criança residente no domicílio já estava indo à escola para atividades presenciais, enquanto a outra metade (52%) indicou que as crianças ou adolescentes não estavam participando de atividades presenciais, mesmo elas estando disponíveis.

Considerando os residentes com crianças ou adolescentes que estão matriculados em escolas, independentemente de oferecerem atividades presenciais, 80% informaram que eles não estavam realizando atividades escolares presenciais e 20% declararam que eles estavam participando dessas atividades na escola. Observa-se também que,

<sup>13</sup> Para mais informações, ver <https://consed.info/regulamentacoes/>. Acessado em 23 de junho de 2021

<sup>14</sup> Para mais informações, ver <https://www.fenep.org.br/single-de-noticia/nid/plano-estrategico-de-retomada-das-atividades-do-segmento-educacional-privado-brasileiro/>. Acessado em 23 de junho de 2021



em maio de 2021, a proporção dos que residiam com estudantes que estavam participando de atividades presenciais foi maior na classe B (28%) e entre brancos (26%) do que entre os pertencentes à classe C (14%) e pretos ou pardos (16%), ou seja, as atividades presenciais eram menos comuns justamente nos segmentos mais vulneráveis, em que houve mais menções a dificuldades para realização de atividades remotas.

Ainda sobre dificuldades para a realização de atividades remotas e sua relação com a reabertura das escolas, a pesquisa apontou que a falta de equipamento adequado foi mais frequente entre aqueles que residem com estudantes que não participam de atividades presenciais (34%) do que entre os que residem com estudantes que participam dessas atividades (22%). Ainda assim, três em cada quatro (74%) residentes com estudantes que estão matriculados em escolas que ofereciam apenas atividades remotas informaram que a criança ou adolescente só retornará às atividades presenciais quando alguém da família considerar que não há risco de contaminação, enquanto uma parcela menor (23%) afirmou que eles voltarão à escola assim que as atividades presenciais forem retomadas.

Outro ponto investigado pela pesquisa se refere à comunicação da escola ou professor com a família dos estudantes durante o período de fechamento das escolas. Foi reportado pelos residentes com crianças e adolescentes matriculados em escolas que o motivo mais recorrente para contato foi informar o progresso do aluno nas atividades (79%), seguido de informar a situação da escola (65%), enquanto o menos recorrente foi o contato da escola ou professor para se informar sobre como a situação da casa e da criança ou adolescente (46%). O gráfico 17 ilustra que moradores de domicílios com crianças ou adolescentes matriculados em escolas particulares tendem a mencionar com mais frequência a comunicação da escola com a família do que os residentes com crianças ou adolescentes de escolas públicas, apesar das proporções para escolas públicas também serem altas<sup>15</sup>.

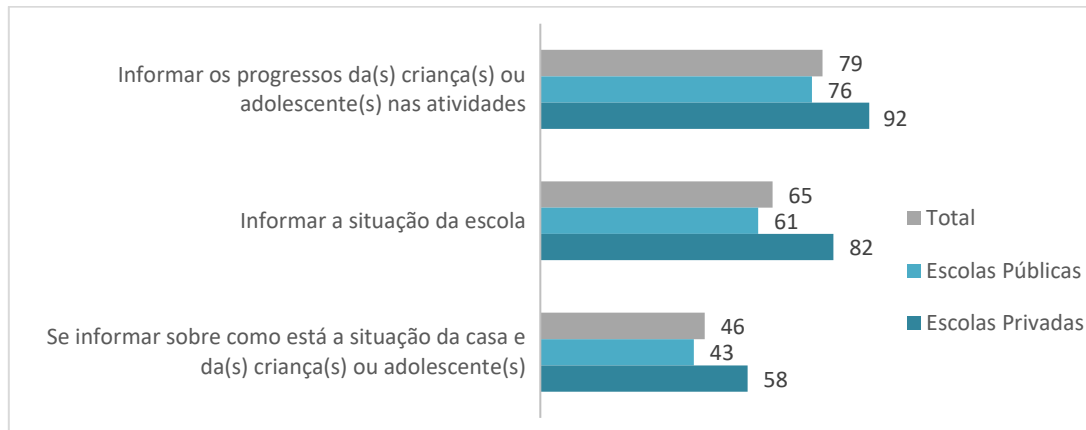
---

<sup>15</sup> Nas rodadas anteriores, quando esses indicadores se referiam a moradores com crianças ou adolescentes em idade escolar (4 a 17 anos), destacava-se a semelhança dos percentuais entre moradores com crianças de escolas públicas ou privadas no que se referia ao contato da escola ou professor para tratar sobre a situação da casa ou da criança ou adolescente. Nessa rodada, esse tipo de contato da escola junto às famílias passou a apresentar um padrão já observado nas rodadas anteriores quanto ao contato para informar a situação da escola ou sobre o progresso da criança ou adolescente, mais frequentes entre residentes com crianças ou adolescentes matriculados em escolas particulares.

Gráfico 17

COMUNICAÇÃO DA ESCOLA OU PROFESSOR COM A FAMÍLIA DURANTE O PERÍODO DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS, POR MOTIVO DE CONTATO

Percentual sobre o total de pessoas que residem com crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos matriculados em escolas (%)



Para além da vida escolar das crianças e adolescentes, a restrição de circulação de pessoas imposta pela pandemia de COVID-19 trouxe impactos em seus momentos de lazer e descanso, que tenderam a ficarem restritos ao âmbito domiciliar, assim como na interação presencial com parentes e amigos, que teve que ser, em grande medida, substituída pela interação virtual. Por estas razões, o estudo investigou junto aos moradores com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos se, em comparação a antes da pandemia, houve alterações no tempo em que eles ficam em frente a telas, como televisão, celular, computador ou tablet, em momentos que não estivessem realizando atividades escolares. Para 71% deles, o tempo das crianças ou adolescentes em frente às telas aumentou com a pandemia, enquanto 15% informaram que se manteve o mesmo de antes e para 12% esse tempo diminuiu.

O aumento do tempo de exposição a telas foi mais reportado quanto mais alta a classe, variando de 59% nas classes DE para 83% na classe A, o que provavelmente está associado ao fato das crianças e adolescentes de classes menos favorecidas terem menor acesso a dispositivos eletrônicos próprios, conforme foi apontado neste relatório em relação aos dispositivos utilizados para a realização de atividades escolares remotas.

Pelo fato de crianças e adolescentes com livre acesso à televisão e à Internet muitas vezes ficarem expostos a conteúdos que não são indicados para sua faixa etária, também é recomendável que pais e responsáveis façam algum tipo de mediação do conteúdo a que eles têm acesso. De acordo com os dados da rodada de maio de 2021, 73% dos residentes com crianças ou adolescentes declararam que era feito algum controle do conteúdo que eles acessavam em telas como televisão, no celular, no computador ou no tablet. Por outro lado, 25% informaram que não era feito nenhum controle, o equivalente a cerca de 15 milhões de pessoas que residem com crianças e adolescentes. A análise desses dados considerando os recortes por grau de instrução indica que a maior escolaridade dos residentes com crianças ou adolescentes está relacionada a maiores percentuais de menções à realização de controle do conteúdo acessado pelas crianças ou adolescentes, com percentuais

maiores entre os respondentes com Ensino Médio (80%) ou que cursaram Ensino Superior (80%), do que entre os observados entre aqueles que estudaram até o Ensino Fundamental I (55%) ou o Ensino Fundamental II (66%).

## **PRIMEIRA INFÂNCIA**

A primeira infância, período que compreende os seis primeiros anos de vida da criança<sup>16</sup>, é um momento crucial para o desenvolvimento de características físicas, cognitivas, sociais e emocionais que influenciarão sua vida toda<sup>17</sup>, o que justifica um olhar atento da pesquisa para esta fase da vida infantil, em que, além disso, as crianças são mais dependentes de seus pais e responsáveis. Nesta edição, esta seção da pesquisa sofreu alterações no universo de respondentes em relação às duas primeiras rodadas, além de trazer novas investigações a respeito do tema.

Nessa rodada, as questões sobre vacinação passaram a ser investigadas junto ao público de residentes com crianças de 0 a 4 anos, faixa etária que abrange todas as vacinas que devem ser tomadas durante a primeira infância, segundo o Calendário Básico de Vacinação da Criança<sup>18</sup>, do Ministério da Saúde. A pesquisa de maio aponta que praticamente todos (98%) os moradores com as crianças de 0 a 4 anos declararam que elas estavam com a vacinação em dia, sendo que a alta proporção se manteve em todas as classes socioeconômicas e regiões do Brasil.

Outra novidade da rodada de maio de 2021 foi a inclusão de questões sobre o comportamento das crianças, bem como sobre seu relacionamento com os adultos com quem convivem. Entre os residentes com crianças de até 6 anos de idade, 80% declararam que algum adulto passou a dedicar mais tempo brincando, conversando e dando atenção às crianças em relação ao que acontecia antes da pandemia, percentual que chegou a 86% entre mulheres, enquanto entre os homens a percepção de mudança foi menor (71%), ainda que significativa. O mesmo ocorre com relação à percepção de mudança no comportamento das crianças em comparação ao período anterior à pandemia: do total de indivíduos residentes com crianças de 0 a 6 anos, 41% notaram alguma diferença de comportamento, sendo que pouco mais da metade das mulheres (54%) identificaram essas mudanças, enquanto o mesmo foi reportado por apenas um quarto dos homens (24%).

A pesquisa passou a investigar também com que frequência algum adulto da casa deu palmadas ou puxou a orelha das crianças com até 6 anos quando elas se comportavam mal desde o início da pandemia de COVID-19. A maior parte dos entrevistados respondeu que nunca (51%) ou raramente (29%) essas situações ocorreram, mas cerca de um a cada cinco moradores com crianças com até seis anos relataram que essas situações ocorreram às vezes (16%) ou sempre (4%) no período. Novamente se observou diferença entre homens e mulheres: 6% das mulheres afirmaram que as crianças receberam palmadas ou puxões de orelha

---

<sup>16</sup> Definição do Marco Legal da Primeira Infância, de 2016, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm). Acessado em 23 de junho de 2021

<sup>17</sup> Mais informações em <http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/a-primeira-infancia>. Acessado em 23 de junho de 2021

<sup>18</sup> Mais informações em [http://pni.datasus.gov.br/calendario\\_vacina\\_infantil.asp](http://pni.datasus.gov.br/calendario_vacina_infantil.asp). Acessado em 23 de junho de 2021.

sempre durante a pandemia, enquanto entre os homens a proporção não chegou a 1%. De maneira semelhante, enquanto 60% dos homens residentes com crianças na primeira infância declararam que essas situações nunca aconteciam, menos de metade das mulheres (44%) responderam o mesmo.

## **PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA**

Desde sua primeira edição, a pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes tem acompanhado indicadores relacionados à violência no ambiente domiciliar. De acordo com os resultados que serão apresentados a seguir, a pandemia pode ter contribuído para o aumento de situações de violência dentro de casa, assim como para o aumento do consumo de substâncias como álcool, medicamentos e tabaco. Além das investigações já realizadas nas rodadas anteriores da pesquisa, a seção sobre proteção contra a violência desta edição também trouxe uma nova questão sobre aumento da violência contra a mulher durante a pandemia.

O medo de contaminação, a preocupação com a saúde de familiares, a redução dos postos de trabalho e o distanciamento de amigos e familiares são algumas das situações com as quais os brasileiros têm se deparado diariamente em decorrência da pandemia e que podem elevar os níveis de estresse e ansiedade. Cientistas já têm apontado para uma tendência de crescimento da quantidade de pessoas que recorrem ao uso de drogas lícitas ou ilícitas em busca de alívio desses sintomas<sup>19</sup>. A pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes identificou que 44% da população com 18 anos ou mais observou o aumento do consumo de alguma substância como medicamentos, tabaco, álcool ou outras substâncias entre seus familiares desde o início da pandemia, proporção que era de 36% em novembro de 2020.

Como mostra o gráfico 18, de julho de 2020 a maio de 2021, houve crescimento principalmente na proporção de pessoas que observaram aumento no uso de medicamentos (de 21% para 32%) e de tabaco (de 6% para 12%), enquanto a percepção de aumento do consumo de álcool (12%) e de outras substâncias (2%) durante a pandemia se manteve estável. Vale ainda destacar que, entre os residentes com crianças e adolescentes, o percentual dos que observaram aumento no consumo de medicamentos na família passou de 23% em novembro de 2020 para 34% em maio de 2021.

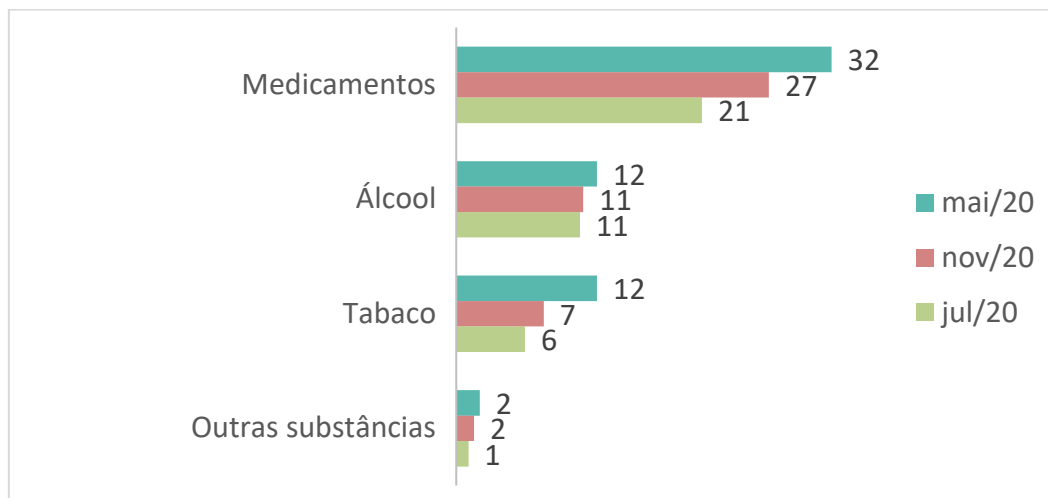
---

<sup>19</sup> Para mais informações, ver <https://jornal.usp.br/atualidades/aumento-do-estresse-na-pandemia-pode-levar-a-alteracoes-hormonais/> e <https://eepchfmsp.org.br/portal/online/aumento-alcool-drogas-pandemia-da-covid-19-e-ameaca-a-saude/>. Acessado em 24 de junho de 2021.

Gráfico 18

AUMENTO DO CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS, POR TIPO DE SUBSTÂNCIA

Percentual sobre o total de pessoas com 18 anos ou mais (%)



Outro aspecto que a pesquisa procurou investigar foi a piora no relacionamento entre pessoas que residem em um mesmo domicílio desde o início da pandemia. Em maio de 2021, segundo 68% das pessoas com 18 anos ou mais, as relações entre os moradores de seus domicílios não mudaram, enquanto 22% afirmaram que passaram a acontecer mais momentos de tensão e discussões, e 7% que essas situações passaram a acontecer menos. A proporção dos que relataram aumento de momentos de tensão e discussões cresceu em comparação a novembro de 2020 (16%), ao passo que, na rodada de maio de 2021, entre os diferentes segmentos analisados na pesquisa, observa-se entre os residentes do Sudeste (27%) e da classe B (30%) uma maior menção ao aumento desse tipo de situação do que no Nordeste (16%) ou nas classes DE (16%).

Dentre os que declararam estar passando por mais momentos de tensão em casa, 27% informaram terem pedido ajuda a alguma pessoa ou entidade por causa dessa situação, proporção se manteve estável em relação à segunda rodada da pesquisa (17%). As entidades a quem os respondentes mais recorreram foram um líder religioso, como padre ou pastor (12%), outra pessoa ou entidade (9%), algum agente comunitário de saúde (7%) e algum professor (5%), enquanto 9% afirmaram que recorreram a outra pessoa ou entidade. Foram ainda menos citadas algumas instituições oficiais, como a polícia (2%), o conselho tutelar (1%) e a Delegacia da Mulher (1%), além do Disque 100, Disque 180 e visitantes do programa Criança Feliz, que apresentaram menções que não chegaram a 1% cada.

Por fim, outro tema abordado pela pesquisa foi a violência contra as mulheres e meninas. Ainda que as medidas de isolamento social sejam de grande eficácia para conter a propagação do coronavírus, paralelamente, estão contribuindo para que mulheres que têm parceiros violentos passem mais tempo com eles em casa e tenham menos oportunidade de recorrer a redes de apoio ou a órgãos responsáveis

para se defenderem de agressões sofridas em seu próprio domicílio<sup>20</sup>. Com o objetivo de conhecer a perspectiva dos entrevistados sobre o assunto, esta edição da pesquisa trouxe uma nova questão sobre a percepção de mudança na incidência de casos de violência contra mulheres e meninas no bairro em que vivem.

Segundo cerca de um quarto (24%) dos brasileiros com 18 anos ou mais, os casos de violência contra mulheres e meninas aumentaram muito durante a pandemia no bairro em que vivem, enquanto 14% consideram que esses casos aumentaram pouco, 35% percebem que não aumentaram nem diminuíram, e uma proporção muito pequena informaram que esses casos diminuíram pouco (4%) ou diminuíram muito (2%). Destaque-se que uma parcela relevante de indivíduos (21%) não souberam informar ou não responderam a essa pergunta. A pesquisa também aponta que fatores socioeconômicos e de gênero influenciaram diretamente na percepção de aumento da violência contra mulheres e meninas: enquanto 30% dos respondentes da classe DE afirmaram que os casos aumentaram muito, a proporção chegou a apenas 13% dos pertencentes à classe A. Da mesma forma, entre homens (18%) e mulheres (29%) a diferença na proporção dos que informaram que os casos de violência contra mulheres aumentaram muito durante a pandemia foi de onze pontos percentuais. Cabe ainda destacar o recorte racial, uma vez que 32% dos brancos identificaram algum aumento nos casos de violência, enquanto entre pretos e pardos essa proporção atingiu 43%.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRINCIPAIS DESAFIOS**

A terceira rodada da pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes seguiu acompanhando indicadores que haviam sido coletados nas duas edições anteriores do estudo, que ocorreram em 2020. Mas passado mais de um ano desde o princípio da pandemia, também foram incorporadas novas investigações, especialmente sobre os temas de saúde, educação, renda familiar e primeira infância. Os resultados obtidos possibilitam um novo olhar sobre a pandemia no Brasil e suas consequências sobre a infância e adolescência. São destacados a seguir os principais desafios para cada tema abordado na pesquisa, de modo a nortear o desenvolvimento de ações direcionadas à mitigação ou resolução dos problemas identificados.

### **Fontes de informação e fake news**

Aproxima-se da metade da população a proporção dos que indicam terem recebido informações falsas ou enganosas sobre a COVID-19, sendo que quanto maior o grau de escolaridade, maior a chance do indivíduo reconhecer que recebeu esse tipo de informação. Nesse cenário, ações que visem combater as *fake news* e conscientizar a população sobre esse tipo de informação, implementadas por empresas, governos ou entidades da sociedade civil, mostram-se cada vez mais importantes.

### **Saúde**

Até maio de 2021, cerca de três em cada dez brasileiros com 18 anos ou mais declaram que já haviam tomado pelo menos uma dose da vacina contra COVID-19.

---

<sup>20</sup> Mais informações em <https://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>. Acessado em 24 de junho de 2021.



Entre os que não tomaram, a maioria pretendia tomar, porém a rejeição à vacina foi significativa entre a população com 55 anos ou mais, chegando a aproximadamente 2 milhões de brasileiros dessa faixa etária. Portanto, políticas públicas devem enfatizar a importância da vacinação por toda a população e informar sobre a incidência de reações adversas e sobre a eficácia das vacinas, que são os principais receios daqueles que não pretendem tomar a vacina.

Outro ponto de atenção é a saúde mental da população. Em relação a novembro de 2020, houve aumento da proporção dos brasileiros que declararam que, durante a pandemia, os moradores de suas casas tiveram dois ou mais sintomas de transtornos mentais, entre aqueles investigados na pesquisa. Entre os que residem com adolescentes, mais da metade relatou que eles apresentaram pelo menos um desses sintomas, o que corresponde a aproximadamente 18 milhões de pessoas que residem com crianças e adolescentes. Dessa forma, é de extrema importância a abertura e a divulgação de canais e redes de apoio à saúde mental de toda a população, além da atenção constante de gestores públicos da área da saúde também a essa consequência da pandemia de COVID-19.

### **Renda**

Mesmo após mais de um ano do início da pandemia de COVID-19 no país, a rodada de maio de 2021 revelou que mais da metade dos brasileiros continuavam declarando que a renda familiar em seus domicílios havia reduzido em relação a antes desse período. A situação é agravada nos lares com crianças e adolescentes, naqueles com renda familiar mais baixa e entre pretos ou pardos. Nesses mesmos grupos também se observam proporções acima da média de pessoas que estavam trabalhando antes da pandemia e agora não estão mais, demonstrando uma ampliação de desigualdades preexistentes na sociedade.

Essa situação revela a importância de políticas emergenciais de transferência de renda, que atendam à população em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, o Auxílio Emergencial do governo federal brasileiro tem se mostrado crucial para a garantia de alguma renda para as populações mais impactadas. Entretanto, os dados da pesquisa indicam que ainda resta o desafio de alcançar parcelas importantes das populações mais vulneráveis, bem como de implementar políticas que fomentem ao menos o retorno da renda familiar dos brasileiros ao nível pré-pandemia.

### **Segurança alimentar**

Manteve-se estável em relação à rodada anterior a proporção de pessoas residentes em domicílios em que alguém deixou de comer porque não havia mais dinheiro para comprar comida que, em maio, representava cerca de 27 milhões de brasileiros. A situação chegou a atingir um terço dos indivíduos das classes DE e três em cada dez pessoas que residem com alguém que recebeu o Auxílio Emergencial 2021, o que demonstra que o programa de distribuição de renda, mesmo que seja extremamente importante para a população mais vulnerável, não tem impedido que algumas famílias se encontrem em situação de insegurança alimentar, indicando a necessidade de sua manutenção e revisão, de forma a garantir o alcance a todos os segmentos vulneráveis da população.



Além disso, aproximadamente 8 milhões de residentes com crianças e adolescentes apontaram que elas deixaram de comer por falta de dinheiro para comprar comida, situação ainda mais preocupante considerando que é comum que, na falta de alimentos, crianças e adolescentes tenham sua alimentação priorizada<sup>21</sup>. Nesse sentido, chama atenção o fato de que praticamente metade dos moradores com alunos de escola pública de 0 a 17 anos disseram que a escola não forneceu alimentação durante o período de fechamento por conta da pandemia, o que indica que a reabertura segura das escolas também tende a impactar positivamente a nutrição das crianças e adolescentes brasileiros.

## Educação

Os resultados desta rodada revelam que uma proporção menor de brasileiros considera o fechamento de escolas como uma ação muito importante para a prevenção contra a COVID-19 em relação ao observado nas rodadas de 2020. O Brasil está entre os países que ficaram mais tempo com as escolas fechadas<sup>22</sup>, o que trouxe impactos profundos tanto na educação quanto na nutrição de crianças e adolescentes<sup>23</sup>. Esses dados indicam que a população tem considerado mais esses impactos, ainda que seis em cada dez brasileiros continuem com a percepção de que o fechamento das escolas muito importante para a prevenção contra a COVID-19.

Quatro em cada dez dos residentes com crianças e adolescentes 0 a 17 anos que estão matriculados em escolas afirmaram que elas já reabriram para atividades presenciais, porém em somente metade dessas famílias os estudantes estão frequentando a escola. A realização de atividades presenciais tem sido mais recorrente entre os alunos de classes mais altas, ao passo que as famílias mais pobres, além de terem menos acesso ao ensino presencial, têm enfrentado mais dificuldades com o ensino remoto. São essas famílias as que mais alegaram falta de estrutura para as atividades remotas ou de tempo dos adultos para auxiliar os estudantes.

Ainda que haja esforço das escolas e educadores em oferecer materiais impressos, especialmente para as classes menos favorecidas, é inegável que o ensino remoto, em decorrência da pandemia, tem aumentado desigualdades na educação entre os estudantes de famílias mais ricas e mais pobres. Dado esse cenário, é importante reforçar a urgência da reabertura das escolas com segurança<sup>24</sup>, acompanhado de um trabalho complementar com os estudantes que tiveram a aprendizagem prejudicada por conta do fechamento das escolas.

---

<sup>21</sup> De acordo com a série de reportagens “Fome, substantivo feminino”, da Agência Pública, em situações de insuficiência de alimentos, mães deixam de comer para alimentar seus filhos. Disponível em: <https://apublica.org/especial/fome-substantivo-feminino/>. Acessado em 14 de julho de 2021

<sup>22</sup> De acordo com dados disponibilizados pela UNESCO, o Brasil está entre os países que ficaram mais de 41 semanas com as escolas fechadas, grupo que, pelos dados atualizados até maio de 2021, era composto por 70 países. Dados disponíveis no portal <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acessado em 6 de julho de 2021.

<sup>23</sup> Crianças e adolescentes não podem arcar com mais um ano de interrupção escolar. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-e-adolescentes-nao-podem-arcar-com-mais-um-ano-de-interrupcao-escolar>. Acessado em 1 de julho de 2021.

<sup>24</sup> Mais informações no documento Reabertura segura das escolas. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/reabertura-segura-das-escolas>. Acessado em 5 de julho de 2021

## **Primeira infância**

A pesquisa revela que aproximadamente 1 milhão de residentes com as crianças de 0 a 6 anos indicam que elas foram repreendidas sempre com palmadas ou puxões de orelha durante a pandemia, o que demonstra a existência de espaço para discussão sobre os cuidados que adultos devem ter para auxiliar crianças nessa faixa etária a terem um desenvolvimento saudável.

## **Proteção contra a violência**

Ao longo das rodadas da pesquisa, tem se observado o crescimento da parcela de brasileiros que, desde o início da pandemia, identificam o aumento do consumo de substâncias como medicamentos, álcool e tabaco, entre seus familiares, fator que pode estar associado à violência doméstica. Nesta rodada, essa proporção atingiu quase metade dos brasileiros com 18 anos ou mais, aproximadamente 69 milhões de pessoas. Também houve aumento de seis pontos percentuais na proporção de brasileiros que notaram mais momentos de tensão e discussões, representando cerca de 35 milhões de pessoas.

Apesar disso, menos de um terço das pessoas que estão passando por mais momentos de tensão pediram ajuda a alguma pessoa ou entidade por causa dessa situação, o que demonstra a importância de políticas de combate à violência doméstica que incentivem as vítimas a recorrerem a entidades de apoio. Recomenda-se que essas políticas tenham foco especialmente no combate à violência contra mulheres e meninas, afinal, três em cada quatro brasileiros afirmaram que os casos de violência contra esse público aumentaram em alguma medida em seu bairro desde o início da pandemia, sendo que um quarto da população afirmou que esses casos aumentaram muito.